



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

ACTA Nº 5/2016

SESSÃO ORDINÁRIA

DE 21/11/2016



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

ATA NÚMERO 5/2016

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis pelas catorze horas e trinta minutos realizou-se, no Salão Nobre dos Paços do Município de Condeixa-a-Nova, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal com a seguinte ordem do dia: -----

1. Aprovação da Ata da Sessão Ordinária do dia 26 de setembro de 2016; -----

2. Apresentação de correspondência recebida; -----

2.1 Ofício da Assembleia Municipal de Ansião – Moção – Pela defesa da inclusão da A13 nas auto-estradas do interior, objeto de descontos nas portagens cobradas; -----

2.2 Ofício da Assembleia Municipal de Bragança – Moção – Taxas de servidão agrícola a partir de estradas nacionais e regionais; -----

2.3 Abaixo-assinado de moradores da Urbanização Quinta do Barroso, Ribeira e Fornos de Castel – Maus cheiros; -----

3. Intervenção do Público; -----

4. Período Antes da Ordem do Dia; -----

5. Ordem do Dia

5.1 Discussão e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017, bem como a aprovação do Mapa de Pessoal; -----

5.2 Discussão e Votação da Proposta do Órgão Executivo relativa ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Fixação da Taxa a vigorar no ano de 2017 – alínea c) do nº 1, do artigo 112º do CIMI; -----

5.3 Discussão e Votação da Proposta do Órgão Executivo para Redução das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em função do número de dependentes, a vigorar no ano de 2017 – artigo 112º-A do CIMI; -----



MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

5.4 Discussão e Votação da Proposta do Órgão Executivo relativa à Aplicação do Imposto sobre Imóveis (IMI) – Majoração e Minoração – a vigorar no ano de 2017 – artigo 112º do CIMI;

5.5 Discussão e Votação da Proposta do Órgão Executivo relativa à Fixação da Taxa da Participação do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), para o ano de 2017;-----

5.6 Discussão e Votação da Proposta do Órgão Executivo relativa à Correção/Adaptação ao Capítulo XV – Recintos Desportivos – da Tabela de Taxas do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Condeixa-a-Nova;-----

5.7 Discussão e Votação da Proposta do Órgão Executivo relativa à Alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior (Bolsas de Estudo Fernando Namora);-----

5.8 Discussão e Votação da Proposta do Órgão Executivo para Adesão do Município de Condeixa-a-Nova à Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, bem como a aprovação dos respetivos Estatutos;-----

5.9 Relação dos Contratos Plurianuais de Fornecimento de Bens e Serviços, no período compreendido entre 14 de setembro a 9 de novembro de 2016 – para conhecimento;-----

5.10 Apreciação da informação do Sr. Presidente da Câmara, nos termos do nº 2, da alínea c), do artº 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

De seguida, o Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão.-----

Verificou-se a presença dos seguintes Membros:-----

João Filipe Leal;-----

Avelino Ferreira dos Santos;-----

Mário Miranda Pires dos Santos;-----

Carlos Grilo Bicho;-----

Maria da Conceição Gonçalves Rodrigues Costa;-----

Paulo Júlio Moreira Caseiro;-----

Maria da Graça Figueiredo;-----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

Daniel Tomé Gonçalves;-----
 Anabela Batista Cortez Sotaia;-----
 Jorge Filipe Nunes Gonçalves; -----
 Gonçalo Nuno Pita Marques Redinha; -----
 Nuno Manuel Mendes Claro; -----
 Silvina Maria Bernardino Ribeiro Menezes da Silva; -----
 Tiago António Marques Picão; -----
 Luís Miguel Simões da Silva; -----
 Gisela Andreia Ferreira Coelho; -----
 Vítor Luís Donário Teixeira; -----
 Frederico Tomé Fontes; -----
 Helena Maria da Fonseca Almeida Diogo; -----
 Miguel Simões da Fonte Pessoa;-----
 João Carlos Ribeiro Lameiro;-----
 Luís Miguel Manaia Caridade (Junta de Freguesia de Ega), -----
 José Manuel da Costa Mendes (Junta de Freguesia de Furadouro); -----
 Paulo Jorge Silva Simões (União de Freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova); ----
 Raul Marques Lopes Pratas (União de Freguesias de Sebal e Belide); -----
 José Luís dos Santos Cardoso (União de Freguesias de Vila Seca e Bem da Fé); -----
 Luis Pedro de Almeida Ferreira; (Junta de Freguesia de Zambujal); -----

Estiveram também presentes na Sessão, o Presidente da Câmara Municipal, Nuno Moita da Costa, a Vice-Presidente Liliana Marques Pimentel e os Vereadores Carlos Manuel Oliveira Canais, António Lázaro Ferreira e Silvino Dias Capitão. -----

Não se encontravam presentes na Sessão os seguintes eleitos: -----
 Maria João Ribeiro Simões cuja falta foi justificada e José Manuel Duarte Ventura, que não justificou a falta-----

O Presidente da Assembleia informou que o membro Maria João Ribeiro Simões não está presente nesta sessão, por motivos profissionais, pelo que foi indicado para a substituir ao abrigo dos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o cidadão Mário Miranda Pires dos Santos, uma vez que os que lhes seguiam na lista se encontravam impossibilitados em comparecer.-----

1. Aprovação da Ata da Sessão Ordinária do dia 26 de setembro de 2016.



MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

O Presidente submeteu à apreciação a ata em epígrafe, a qual já tinha sido previamente distribuída por todos os membros, dispensando-se assim a leitura da mesma.-----
 Não havendo correções a fazer, colocou a referida ata à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na anterior sessão conforme determina o número 3, do artigo 34.º, do Decreto-Lei. n.º 4/2015, que aprovou o CPA (Código do Procedimento Administrativo).-----

2. Apresentação de correspondência recebida.

2.1 Ofício da Assembleia Municipal de Ansião – Moção – Pela defesa da inclusão da A13 nas auto-estradas do interior, objeto de descontos nas portagens cobradas.-----

Foi presente o ofício mencionado em epígrafe, o qual já havia sido distribuído previamente por todos os membros, pronunciando-se a Assembleia sobre o assunto, no final de antes da ordem do dia. -----

2.2 Ofício da Assembleia Municipal de Bragança – Moção – Taxas de servidão agrícola a partir de estradas nacionais e regionais.-----

Foi presente o ofício mencionado em epígrafe, o qual já havia sido distribuído previamente por todos os membros, pronunciando-se a Assembleia sobre o assunto, no final de antes da ordem do dia -----

2.3 Abaixo-assinado de moradores da Urbanização Quinta do Barroso, Ribeira e Fornos de Castel – Maus cheiros.-----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que explicitou que têm surgido diversas reclamações onde é colocada a hipótese desses maus cheiros serem provenientes da ETAR da ZIL, gerida pela empresa Águas do Litoral e sobre a qual tem sido feita alguma pressão relativamente a esta questão. No entanto, não parece que a proveniência seja dali, pois de acordo com os relatórios cumpre com a legislação. -----

Informou que a Câmara solicitou uma fiscalização conjunta com a ASAE e os serviços do Ministério do Ambiente, à fábrica do peixe sedeada em S. Fipo, que fez alterações na construção para as quais não foi solicitado licenciamento. -----

Da inspeção realizada resultaram recomendações à empresa, designadamente para implementação de uma solução de pré-tratamento dos esgotos, bem como requerer que os



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

mesmos deixem de entrar no sistema de águas residuais urbanas. Com estas medidas estão a tentar que a solução não seja o encerramento. -----

O Vereador António Ferreira, que acompanha este processo, comunicou que a empresa já foi notificada para proceder às devidas alterações, que por sua vez comunicou que riam iniciar o processo para tratamento das águas na próxima semana. -----

O membro Helena Diogo pediu a palavra para referir que em relação a estas questões ambientais, as empresas poderão estar a cumprir todos os parâmetros legais, mas os cheiros irão perdurar sempre.-----.

3. Intervenção do Público

Não houve intervenção neste ponto. -----

4. Período Antes da Ordem do Dia

De seguida o Presidente da Assembleia apresentou uma mensagem à Assembleia Municipal acerca dos 40 anos Poder Local Democrático que se comemoram no próximo dia 12 de Dezembro de 2016, que a seguir se transcreve: -----

“Aprovada a Constituição da República Portuguesa, em 1976, realizaram- se, a 12 de dezembro do mesmo ano, as primeiras eleições autárquicas.-----

Volvidos 40 anos sobre o dia que marca o início de uma nova era de desenvolvimento de Portugal, de melhoria das condições de vida, de aposta nas pessoas e nos territórios, e de afirmação da cidadania e volvidos 37 sobre uma lei que embora não sendo perfeita, diria que envergonhadamente veio dar mais autonomia às Assembleias Municipais, que foi a lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

Este vai ser o debate e o combate que irei travar nos próximos tempos e que visa debater e perspetivar os novos desafios e o papel que se coloca às Autarquias locais e, nomeadamente às Assembleias Municipais no presente e no futuro próximo sobre o seu funcionamento na atual legislação e sobretudo na atual prática por todo o país. Temos situações diversificadas mas são mais função de atitudes de eleitos locais do que de imposições legais que deviam estar garantidas. Sucede, que o papel das assembleias municipais foi sendo sucessivamente acrescido de novas responsabilidades a que não correspondem quaisquer recursos.-----

Por isso, entendo que os 40 anos do poder local que se comemoram este ano são um bom pretexto para dinamizar esta discussão, sobre o papel e o contexto das assembleias municipais na sua função no poder local democrático.” -----

Intervenção dos membros



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

Pediu a palavra o membro Conceição Costa para questionar o Vereador António Ferreira sobre o ponto de situação relativamente às árvores do Palácio Sotto Mayor, dado que são enormes e estão a tirar a luminosidade à rua e a sujar os telhados, pelo que deverão ser podadas. ----- Chamou também à atenção do Município para as condutas de águas pluviais e de saneamento, pois acontece que toda a água da zona mais elevada da vila e não só, desce pela rua de Condeixinha, que, sendo uma zona mais baixa são frequentes as inundações. Como tal, questiona se existe algum plano de prevenção dessas situações, pois sendo aquela zona onde estão a ser construídas várias moradias, deve-se por isso apostar na prevenção para evitar males maiores. Continuou, questionando que, estando uma viatura a deslocar-se ao Concelho para desentupir a condutas de saneamento, não seria mais vantajoso o Município investir numa viatura para esse fim. Ao nível da limpeza, observando que há máquinas que sopram as folhas, questiona se não seria mais útil, máquinas que as aspirassem.----- Fez uma outra chamada de atenção sobre Rua Dr. Fortunato de Carvalho Bandeira que tem servido de parque de estacionamento, ficando desse modo intransitável. Referenciou ainda, que o contentor que está colocado na zona mais estreita dessa rua terá que ser mudado para uma zona mais larga. Continuou, dizendo que durante o período dos “Santos” ouviu algumas queixas de pessoas que fazem a ligação da zona da Urbanização Nova Conímbriga para o Cemitério Municipal, pois têm que dar uma volta enorme, questionando se não seria possível uma ligação por outro trajeto, de modo a que não fosse tão perigoso para a circulação de peões. -----

No uso da palavra o membro Anabela Sotaia da bancada da CDU, questionou se, face ao número de turistas que querem visitar as Ruínas de Conímbriga e ao aumento da procura de transportes públicos para esse efeito, não haveria possibilidade de contactar a administração da empresa Transdev para implementação de informação sintética em inglês e Francês sobre Conímbriga. Referiu ainda, que não existe qualquer tipo de informação sobre os transportes públicos em Conímbriga, entendendo que esta é uma falha que deverá ser colmatada. Sugere ainda, que nas cidades mais importantes do Distrito de Coimbra, ou que pelo menos atraem mais turistas, seja introduzida informação sobre Conímbriga e Condeixa nos seus roteiros turísticos, sensibilizando os diversos postos de turismo ou até as Câmaras Municipais, através de protocolos, para que essa informação fosse uma realidade. -----

O membro Vítor Teixeira da bancada do PS interveio para referir que a recolha do lixo na Freguesia do Zambujal anteriormente era feita duas vezes por semana e desde 2010/2011 passou a ser feita somente à quarta-feira, o que dá origem a que os contentores fiquem lotados, solicitando, assim, que a recolha volte a ser realizada duas vezes por semana. -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

Continuou, colocando uma questão relacionada com algumas provas desportivas, nomeadamente, o Trail de Conímbriga e uma prova de ciclismo, onde alguns itinerários foram marcados em propriedade privada. Assim, no seu entender, deverá a Câmara, aquando do licenciamento desses eventos, alertar para essa questão, dado que na passagem das bicicletas houve alguns estragos nesses terrenos, acontecendo também no Trail, apesar de o impacto ser menor. -----

O membro Gisela Martins representante do BE interveio para colocar as seguintes questões ao Executivo: -----

a) Recorrentemente se tem trazido a esta Assembleia questões de matéria ambiental, nomeadamente, mau funcionamento das Etar's que desencadeia um conjunto de problemas e transtornos. Desta feita, em finais de Outubro e com cobertura televisiva, foi fortemente afetada a população de Moinho da Palha. Já são conhecidas as causas do problema, qual o ponto de situação; -----

b) Sendo do conhecimento público que a extinção/alteração de horários dos autocarros com destino a Bendafé e Alcouce por parte da empresa Transdev tem causado inúmeros transtornos aquelas populações, já existem soluções alternativas por parte da empresa supramencionada;-----

c) Para quando a recolocação do Multibanco no Mercado, e caso não seja possível a colocação no mesmo local, quais as alternativas equacionadas; -----

d) Relativamente ao terreno expropriado na Eira Pedrinha, pertença do Município, anunciado em campanha eleitoral pelo partido PS como sendo o local do futuro parque de merendas, o que está pensado, e se houve alguma alteração de planos, tudo isto a menos que lhe tenha passado despercebida, a intervenção nesse espaço e como não consta nestas GOP pelo que se conclui que foi lapso ou, de facto, não é para realizar;-----

e) Relembrou a intervenção da sua Bancada em anteriores sessões desta Assembleia Municipal, mais detalhadamente na sessão da Assembleia Municipal de 29-09-2014: "Tendo presente que quase todas as vias de Condeixa desembocam no IC2, e assumindo que este necessita de uma requalificação profunda urgente (um assunto repetidamente debatido/referenciado nesta assembleia municipal), voltou a alertar o presente Executivo para a necessidade de encontrar e ou negociar soluções para o afunilamento no troço da Faia/Barreira, os cruzamentos e entroncamentos existentes e o atravessamento da via por peões (uma especial chamada de atenção para o Cruzamento Condeixinha/Casal da Estrada), pelo que gostaríamos de saber se já existe algum feedback da parte das Estradas de Portugal;

f) Tendo por base os recentes acontecimentos e os vastíssimos debates em matéria de gestão e valorização da floresta (uma nota especial para o Conselho de Ministros ocorrido no Centro



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

de Operações e Técnicas Florestais (COTF), na vizinha Vila da Lousã, e o subsequente anúncio de algumas medidas interessantes), lembrou ainda, a necessidade premente da elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. Este foi um assunto já anteriormente abordado nesta Assembleia Municipal, mas importa fazer o acompanhamento dos trabalhos e saber qual o ponto de situação; -----

Ainda no âmbito da Ordem do Dia, a sua bancada apresentou uma proposta de recomendação visando a preparação para a adesão ao mecanismo automatizado de atribuição de tarifa social da água através do processo de interconexão e tratamento dos dados pessoais entre os serviços da Segurança Social, da Autoridade Tributária e Aduaneira e os Municípios, a estabelecer no âmbito do disposto no Orçamento de Estado de 2017 e, uma moção em defesa dos parques infantis adaptados para crianças com deficiência, que foram previamente distribuídas ao membros da Assembleia Municipal. -----

O membro Nuno Claro da bancada do PSD interveio para colocar algumas questões ao Executivo nomeadamente: -----

a) Qual o ritmo da instalação da rede de fibra. Se têm acompanhado os trabalhos e se tudo está a correr conforme o previsto e acordado com a MEO; -----

b) Ao que parece, a inércia do Executivo fez com que os utentes do mercado municipal se tivessem que manifestar, em abaixo-assinado, acerca da necessidade urgente da recolocação do multibanco. Que medidas foram tomadas entretanto; -----

c) Sobre propostas do PSD apresentadas em reunião de Câmara, pretendia saber a disponibilidade do PS para as acompanhar, relativamente a duas matérias: Aplicação do Artigo 32.º do Regulamento de Abastecimento de Água às pessoas coletivas no caso de roturas; Bombeiros Voluntários - Benefícios Sociais. Crê que haverá também disponibilidade/vontade do Executivo nesse sentido. Qual o ponto da situação; Passou um ano e mais um novo aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários se aproxima. Uma velha e justa reivindicação diz respeito à cedência do terreno para o novo quartel (há uma avenida designada de Bombeiros Voluntários de Condeixa e não será por acaso...). Qual o ponto da situação; -----

d) Foi anunciada a abertura do Museu PO.RO.S para Julho ou para Outubro. Estamos a 21 de Novembro e continua tudo na mesma, o que se passa afinal, para quando a sua abertura; -----

e) Felicita o Executivo pela aquisição/compra do moinho da Serra de Janeanes, bem como a adesão à Rede de Moinhos de Portugal. Assim sendo, porque não vêm os documentos da adesão (estatutos, etc.) à sessão da Assembleia. Não decidi (e bem) a Câmara associar-se e pagar a quota, questionou. -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

Pediu a palavra o membro Raul Pratas da bancada do PS para referir que em relação à sua intervenção, dois pontos já foram apresentados nesta Assembleia, o primeiro relativo aos maus cheiros que se fazem sentir na Quinta do Barroso, Ribeira e Fornos de Castel. A Junta de Freguesia está próxima das populações sendo a primeira a receber as reclamações. Mencionou que estão atentos e não podendo fazer muita coisa sobre esta situação, estão solidários com estes moradores. O outro ponto é relacionado com o Moinho da Palha e com a poluição do rio, que leva à morte dos peixes. Não é benéfico para ninguém, nomeadamente, para Condeixa e para a Freguesia de Sebal/Belide aparecer nas televisões. Por este motivo e ao contrário daquilo que foi dito pela representante do BE, o problema não está relacionado com as ETAR's, mas sim com a poluição que passa por fora das ETAR's. ----- Por último, em relação ao Regulamento Municipal de Toponímia é competência das Juntas de Freguesia a colocação de placas identificativas das ruas, sendo que atualmente a União de Freguesias de Sebal/Belide tem procedido à colocação de novas placas em substituição das antigas, resultando daí problemas com alguns proprietários, em que um deles reclamou para a Câmara. Face a esta situação a União de Freguesias analisou o respetivo Regulamento e chegou à conclusão que o mesmo se encontra desatualizado em quase todos os seus artigos, deixando a nota para que o Município proceda à sua atualização. -----

No uso da palavra o membro Luís Silva da Bancada do PSD chamou novamente à atenção para as condições de acesso à Quinta do Barroso, cada vez mais degradado, uma vez que lhe parece que começa a haver um fendilhar entre o passeio e o pavimento (separação entre pavimento e alcatrão), isso indicia que provavelmente estará a existir cedência do terreno. Também em termos de segurança, as lombas na curva representam um perigo para quem circula. Sobre o Observatório de Segurança Rodoviária, criado em 2010, questionou o Executivo sobre as ações realizadas e qual o trabalho desenvolvido nos últimos tempos. -----

O membro Miguel Pessoa da Bancada da CDU interveio chamando a atenção para o seguinte: é nos meses de dezembro e janeiro que os guias turísticos fazem ações de formação, entendendo ele, que se deveria tentar fazer em Condeixa essas reuniões, porque serão estes que durante o ano inteiro irão aconselhar e trazer pessoas a Condeixa e Coimbra. Mais informou, que tomou a liberdade de trazer um livro – que não conhecia – sobre o azulejo em Portugal, tendo ficado muito agradado, pois referencia sete sítios em Condeixa com património deste tipo, dando como exemplo, o salão nobre do Município que está decorada com azulejos de 1986. No livro encontram-se referências do século XVI - Zambujal, Ega, Anobra, Condeixa-a-Velha, século XVII - em vários pontos do nosso Concelho. Recentemente, no Furadouro, foi observado um pequeno painel de azulejos, dos finais do século XVII e início

**MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA****Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova**

do século XVIII, na Igreja. Do século XVIII - capelas do Palácio dos Lemos e Palácio Sottomayor, referindo-se também ao Sebal. Neste âmbito são várias as construções decoradas com azulejo no nosso município, recordando-se da Quinta do Hospício, que foi um Hospício que recolheu os Frades idosos até 1820, onde como exemplo tinha várias cenas da vida de Santo António, incluído o “sermão aos peixes”. Para terminar, salientou o ano de 1936, do qual decorreram 80 anos. Foi em 1936, que a Frente Popular ganhou as eleições em Espanha e França. Em Portugal, foi aberto o campo de concentração do Tarrafal, que esteve aberto até 1956, foi criada a Mocidade Portuguesa, que passou a educar os jovens num sentido fascizante da nossa cultura e da nossa forma de convívio, foi criada a Legião Portuguesa, sendo que infelizmente, entre 1936 e 1937, foram presas 5.883 pessoas, portanto, é realmente um ano que deve ser recordado por todas estas razões fantásticas. O regime ditatorial, liderado por Salazar esteve por um triz, porque se em Espanha a República vencesse, eleita por eleições livres, talvez o nosso destino fosse outro, pois a guerra civil em Espanha durou até 1939, e em 1937 só a Alemanha mandou 1.000 aviões para apoiar o General Franco e os generais revoltosos, soldados foram 200.000 que foram para Espanha para apoiar a ditadura que Franco queria implantar. Foram bem conhecidas as chacinas que foram feitas em Badajoz onde os Republicanos foram colocados na praça de touros e abatidos como animais, daí o quadro de Guernica, (inspirado no bombardeamento da cidade Guernica no dia 26 de abril de 1937. Neste dia, aviões alemães da Legião Condor destruíram quase completamente a cidade espanhola. Guernica (ou Gernika em basco) é uma cidade da província da Biscaia, localizada na comunidade autónoma do País Basco. Por este motivo, este quadro tem também um significado político e funciona como uma crítica à devastação causada pelas forças Nazistas aliadas com o ditador espanhol Franco. Outra possível interpretação indica que o quadro Guernica funciona como um símbolo de paz ou antiguerra. Depois de ter sido terminado (demorou aproximadamente um mês a ser terminada), o quadro fez uma digressão pelo mundo, tendo ficado globalmente reconhecido e atraindo a atenção do resto do mundo para a Guerra Civil Espanhola, bombardeamento numa cidade sem exército, que foi um caldear das experiências de bombardeamento, usados durante a segunda guerra mundial, onde morreram mais de um milhão de espanhóis. Para terminar, e sobre a venda do Palácio Sottomayor, questionou se a Câmara Municipal porventura tem conhecimento da evolução desta compra.---

Solicitou a palavra o membro Frederico Fontes da Bancada do PSD para questionar o Sr. Vereador António Ferreira, sobre situação existente numa rua em Casével. Decorrido cerca de um ano em que estiveram na Rua do Inácio em Casével foi, nessa altura, afirmado pelo Sr. Vereador que talvez houvesse possibilidade de as valetas ali existentes serem reparadas, em virtude de naquela Rua não existir espaço para estacionamento de viaturas uma vez que a



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

estrada é um pouco estreita, comprometendo-se o Sr. Vereador em solicitar aos serviços que visitassem o local, no entanto, até ao momento nada foi feito. -----

Outra, questão é sobre a vinda do Papa a Portugal por ocasião do centenário das aparições, e dado que o Município de Condeixa pertence à Associação Caminhos de Fátima, pergunta se tem sido desenvolvido algum trabalho, para poder dar alguma segurança aos peregrinos que irão passar no nosso Concelho. -----

Por último, informou que no próximo dia 8 de dezembro, pelas 15h 30, na Rua Casal Cabo em Casével, realiza-se uma missa campal em hora de Nossa Senhora da Conceição, seguida da oferta de um lanche, pelo que convida todos os membros da Assembleia, Presidente da Câmara e Vereadores a estarem presentes. -----

Interveio o membro Avelino Santos da Bancada do PSD para se referir à falta de sinalização rodoviária na estrada que faz a ligação entre Alcabideque e o Bom Velho, pois, regra geral, quem circula no sentido Bom Velho/Alcabideque, vem em grande velocidade, pondo em perigo os peões e não só. -----

Referenciou também, e ainda no âmbito da segurança rodoviária que junto à rotunda do mercado municipal existe um arbusto com alguma dimensão que retira a visibilidade a quem circula naquela zona, especialmente do lado da Sr.^a da Dores, pelo que deve o mesmo ser aparado. -----

Por último solicitou ao Sr. Presidente, ou a quem tem delegação de competências nesta área, que procedam à notificação dos proprietários para procederem à limpeza dos terrenos junto às habitações. -----

Para responder às questões colocadas interveio o Presidente da Câmara que começou por responder ao membro Avelino Santos, explicando que muitas vezes têm dificuldades em notificar os proprietários, tendo havido algumas situações em que os mesmos não recebem as notificações. A Câmara tem-se substituído aos proprietários na questão de limpeza, mas infelizmente não se pode substituir em todas as situações. Esta deverá ser uma questão cívica, estando os serviços municipais atentos no que diz respeito a esta matéria. -----

Quanto aos Caminhos de Fátima, explicitou que a Associação foi criada com muito esforço, que conta com catorze Municípios associados. Conseguiram um financiamento comunitário, para um projeto com custos de cerca de um milhão de euros. Irá contribuir para fazer algumas obras nomeadamente, passeios na zona de Eira Pedrinha. Salientou que enquanto não for proibida a passagem dos peregrinos pelo IC2 na zona de Condeixa, todo o esforço vai ser inglório. Regra geral, os escuteiros costumam estar na zona do Orelhudo, para proceder ao desvio dos peregrinos, no entanto, a percentagem dos que fazem esse desvio é de menos de



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

1%, tendo esta situação que ser conjugada com as autoridades. Tudo isto está contemplado no pré-projecto, o qual irá ser adaptado ao valor financeiro disponível, sendo que o Município está disposto a acrescentar os 15% necessários para a realização da obra, pois trará alguns melhoramentos, particularmente, na zona da Eira Pedrinha, com a construção de passeios, que, nos locais onde não existem serão construídos, nomeadamente, na Arrifana. -----

Respondendo ao membro Anabela Sotaia e simultaneamente ao membro Miguel Pessoa, referiu que, se há Executivo que tem feito um esforço enorme para “puxar” por Conímbriga tem sido este, destacando que, estas situações começam a colocar-se porque existem cada vez mais pessoas a visitar Conímbriga. Quanto à questão dos transportes, mantêm-se apenas duas viagens durante o dia para Conímbriga, porque ainda não conseguiram, junto da TRANSDEV alterar a situação. Já foi acordado colocar nas paragens de autocarro a menção de Conímbriga. No que se refere à questão de formação e instrução dos guias turísticos, não existe neste momento nenhum acordo financeiro, o que também por si só não é impeditivo de se fazer, mas o Executivo gostava de ter concluída a rede PO.RO.S. /Conímbriga para desenvolver um trabalho junto das agências ligadas ao turismo, hotelaria e transportadoras. O turismo do Centro irá financiar parte do programa - projeto da Romanização à Conquista Cristã.

Relativamente à questão dos transportes para Alcouce e Vila Seca, está feito um acordo com a TRANSDEV para que haja uma ligação direta de Coimbra, Marco dos Pereiros, Almalaguês, Alcouce e Vila Seca. -----

Quantos às questões colocadas pelo membro Conceição Costa, o Vereador António Ferreira informou que no que se refere às águas pluviais que vão desaguar a Condeixinha, foi feita já uma intervenção em termos de limpeza, junto do rio do Cais, mas o que poderá estar a acontecer é a entrada de águas pluviais na rede de saneamento, o que por si só, já traz algumas despesas para o Município. Estão a estudar uma solução, que passa pelo desvio da água junto ao mercado municipal. Existem muitas linhas de água em Condeixa, que muitas vezes são interrompidas por obras feitas nas habitações pelos proprietários, limitando eles próprios o circuito da água, com a dificuldade acrescida de que muitos não permitem o acesso aos seus terrenos para verificar certas anomalias. Os serviços técnicos do Município estão a fazer a monitorização e o acompanhamento destas situações. -----

No que diz respeito à folhagem, o Presidente da Câmara comunicou que foi feita uma candidatura ao “Bioverde”, para recolha, transformação e compostagem, sendo esta uma das melhores práticas em termos ambientais. Neste momento, apenas dispõem de um equipamento de “sopragem”. No que diz respeito à máquina/camião para desentupir os esgotos a aquisição deste equipamento seria mais dispendioso para o Município, uma vez que



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

neste momento, a estimativa anual é de cerca de 25.000 euros e o custo do camião seria bem mais. -----

Quanto ao estacionamento na Rua Fortunato Carvalho de Bandeira, informou que já houve diversas queixas, solicitando a colocação de sinalética para o efeito. Estranha existirem tantos carros estacionados, naquela rua. Já contactaram e alertaram a GNR. -----

No que concerne às árvores do Palácio Sottomayor, já notificaram os respetivos proprietários, sendo que a intervenção do Município se restringe a situações em que as árvores ponham em risco a segurança de pessoas e bens. -----

Na questão levantada pelo membro Gisela Martins relativa ao Moinho da Palha informou que o problema foi gerado pelo entupimento dos esgotos da Zona Industrial e que provocou os maus cheiros. Também esta situação tem a ver com o civismo, pois neste local foram encontrados tapetes e outros objetos que entupiram os esgotos. O problema foi detetado à noite e resolvido logo na manhã do dia seguinte, no entanto, alguém com pressa na notícia deve ter alertado as televisões. Esteve presente no local a GNR que registou os factos, esperamos que não volte a acontecer. -----

Relativamente ao multibanco do mercado municipal, após reportada a situação, compete às entidades gestoras desses equipamentos, neste caso concreto a Caixa Geral de Depósitos, tendo já sido solicitada a sua reposição, através de correio eletrónico. Irão ainda enviar a esta entidade o abaixo-assinado que solicitava a colocação de uma máquina de multibanco no interior do mercado municipal, alertando, que a colocação deste equipamento no interior do mercado municipal não é fácil de resolver, pois para a sua rentabilização, deverão, no mínimo, ser efetuados cento e cinquenta movimentos bancários por dia e o dia de maior movimento no mercado municipal é às sextas-feiras. Não obstante este facto, o Município está a fazer o seu trabalho.-----

No que diz respeito ao IC2 e à passagem de peões por Condeixinha, considera que é uma sugestão a equacionar e que irá ser colocada à Infraestruturas de Portugal.-----

Quanto ao Plano de Prevenção Contra Incêndios esperam que esteja concluído até ao final deste ano. Verificaram um desencontro entre o PDM e o ICNF, numa reunião realizada há cerca de quinze dias entre a Proteção Civil Municipal, o Departamento de Urbanismo e o ICNF. Existindo atualmente acordo, poderão apresentar candidatura ao Portugal 2020. -----

Relativamente à periodicidade na recolha do lixo, questão colocada pelo membro Vítor Teixeira registou para que seja analisado pelos Serviços de Higiene do Município se existe um volume acentuado de lixo que justifique o pedido. -----

Já quanto à aplicação do artigo 32.º do Regulamento de Águas (roturas de águas nas canalizações) terá que ser analisada com alguma ponderação, interligando com um conjunto de questões relacionadas com o tarifário que a ERSAR está a rever. -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

No que se refere ao protocolo com os Bombeiros Voluntários, a situação vinha sendo analisada com a Direção pelo anterior Executivo, tendo aquela demorado algum tempo a responder às questões colocadas. Pretendem apresentar o Protocolo no aniversário dos Bombeiros, no próximo dia 1 de Dezembro, que tem a plena concordância dos voluntários e Direção da AHBVC e irá ser presente na reunião de Câmara no próximo dia 23 de Novembro de 2016. Para algumas das pretensões ligadas aos benefícios com o fornecimento de água, terá que haver antes uma alteração ao Regulamento de Águas. Considera tratar-se de um processo justo de apoio ao voluntariado, que também foi alvo de uma proposta do PSD em reunião de Câmara Municipal com algumas medidas. Explicitou ainda que, pese o facto de não estarem protocolados, já existiam alguns apoios nomeadamente, na cedência das piscinas municipais e outras. Continuou, informando, que nunca existiu pedido formal para aquisição do terreno para o quartel dos Bombeiros, existindo apenas uma consulta informal por parte da anterior Direção. Em parceria com a Câmara Municipal, a atual Direção está a procurar uma solução viável. Existem candidaturas a fundos comunitários para a construção de quartéis, mas não para aquisição de terrenos. Na anterior Direção dos Bombeiros houve uma fase que se mexeu alguma coisa mas que depois parou, desconhecendo a razão. -----

Por opção do Executivo, procederam à pré-abertura do PO.RO.S. em Julho, dando a possibilidade aos munícipes de o conhecerem, no entanto devido a constrangimentos ao nível de recursos humanos, não lhes pareceu ser uma boa solução abrir ao público sem os meios adequados. Estão a tentar resolver o problema, recorrendo ao regime de mobilidade. Existe ainda um pormenor resultante da segurança do edifício, que estará resolvida brevemente, pelo que esperam poder inaugurar o espaço oficialmente a qualquer momento, com a projeção nacional que o Museu PO.RO.S. merece. -----

Informou não perceber o teor da questão relacionada com a adesão à Rede de Moinhos, mas esclareceu que o Município aderiu com base em informação jurídica.-----

Quanto à questão colocada pelo membro Raul Pratas, concorda que o Regulamento de Toponímia está desatualizado, tal como outros, nomeadamente o Regulamento de Águas, informando que irão ser dadas instruções no sentido de serem retificados e atualizados. -----

No que concerne à Estrada da Quinta do Barroso, comunicou que os serviços municipais, indicaram que não existe necessidade de intervenção, dado que o terreno tem estabilidade, o que está previsto é a aplicação de alcatrão, para que o piso fique plano, e em simultâneo, rails de proteção.-----

Quanto ao Observatório Municipal de Segurança Rodoviária afirmou que não fazia a mínima ideia sobre a existência deste Observatório, delegando no Vereador António Ferreira a resposta a esta questão.-----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

O Vereador António Ferreira interveio, comunicando que, quando chegou à Câmara Municipal, apenas tomou conhecimento do Plano de Mobilidade, o “Peão é Rei”. Quanto ao Observatório disse não saber ao que se referia o membro da Assembleia Luís Silva. No entanto, disse que iria tomar nota para que numa próxima oportunidade pudesse responder a esta questão, pois não vai falar nada sobre isto por não saber do que se trata. -----

Ainda no âmbito desta Assembleia foi colocada uma questão pelo membro Nuno Claro quanto a um processo judicial, sendo uma ação em que a ré é o Município de Coimbra, contra as Águas do Mondego, E.M., onde consta o Município de Condeixa como interessado pelos investimentos não efetuados de acordo com o contrato de concessão, sobre os dividendos e, também, contra a fusão dos sistemas multimunicipais de águas e saneamento.-----

Pediu a palavra o membro Tiago Picão para apresentar uma situação relacionada com a quantidade de água e folhas que se acumulam nas escadas da Lapa, que impedem a passagem. Encontrando-se as redes do ringue de futebol no Parque Verde danificadas, questiona da possibilidade de se proceder à sua reparação. Ainda no Parque Verde e atendendo à poupança energética, sugere a colocação de um sistema de ativação dos projetores, para que não se mantenham ligados e a consumir energia durante toda a noite ou até à hora programada. -----

O Presidente da Câmara aconselhou o membro Tiago Picão a apresentar a questão no portal das queixas, no *site* da Câmara. Quanto à poupança energética, a informação de que dispõe é de que os holofotes só são ligados quando algum ou alguns interessados solicitam a sua ligação, sendo programada pelo técnico do Município. -----

Relativamente à Rua da Estrada do Inácio, o Vereador António Ferreira, devidamente autorizado, explicitou que naquela rua, tal como em muitas outras, existem zonas em que as valetas estão tapadas com grelhas. Os técnicos da Câmara Municipal já vistoriaram o local estando uma solução a ser preparada, que passará pela colocação de manilhas. O Município tem que auxiliar todas as freguesias e no início do Verão depararam-se com algumas dificuldades, uma vez que as equipas de trabalho asseguraram o transporte dos palcos para as várias festividades realizadas no Concelho. Mais, informou que, de acordo com a Junta de Freguesia, há uma obra prioritária em Casével, que é a requalificação do espaço das festas de Casével. A questão das valetas é importante e logo que possível será alvo de tratamento.-----

Pediu a palavra o membro José Luís Cardoso do Bancada do PS para expor a sua preocupação relativamente aos transportes públicos em Vila Seca e Bendafé, manifestando-se contra a forma como o serviço está a ser efetuado ao final do dia, sendo que a solução apresentada não irá ser uma alternativa válida, dado que existem cerca de 3 a 4 pessoas que esperam o autocarro em Condeixa e até mesmo em Cernache e ele não faz lá paragem. -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

Devidamente autorizado o Vereador António Ferreira interveio referindo que a solução encontrada foi comunicada a esses utentes, que não discordaram. Embora tenha sido este o compromisso assumido pela empresa TRANSDEV, não se trata de uma situação estática, mas sim dinâmica, tratada de acordo com a validação e utilidade que venha a ser verificada.-----

Ainda sobre os transportes, interveio a Vice-Presidente Liliana Pimentel para referir que este trajeto é efetuado desde o início de setembro, tratando-se de um pedido da própria TRANSDEV, em que o Município serve como elo de ligação. Considera importante a informação sobre quantas reclamações foram recebidas desde o início de setembro, para a fazerem chegar à empresa transportadora.-----

De seguida, o Presidente da Assembleia colocou à votação a moção apresentada pela Assembleia Municipal de Ansião pela defesa da inclusão da A13 nas autoestradas do interior objeto de descontos nas portagens, tendo sido deliberado, aprovar, por unanimidade, associar-se a esta moção, decidindo-se dar conhecimento desta posição aos Excelentíssimos Senhores Presidentes da República, Assembleia da República, Primeiro-Ministro, CIM/Rc e ANMP.-----

O Presidente colocou à votação a moção apresentada pela Assembleia Municipal de Bragança para revogação das taxas de servidão agrícola a partir das estradas nacionais e regionais, tendo sido deliberado, aprovar, por unanimidade, associar-se a esta moção, decidindo-se dar conhecimento desta posição aos Excelentíssimos Senhores Presidentes da República, Assembleia da República, Primeiro-Ministro e Ministro do Planeamento e das Infraestruturas. -----

Em seguida, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro Nuno Claro, que, sobre a proposta de recomendação para “Implementação Automatizada de Tarifa Social da Água”, apresentada pela representante do Bloco de Esquerda, em que na terceira página é informado que foi realizado inquérito a 136 autarquias, questiona se Condeixa foi uma das autarquias que respondeu a este inquérito.- -----

O Presidente da Câmara comunicou que não tem certeza, mas pensa que sim. -----

Interveio o membro Helena Diogo da Bancada do PS para referir que esta é uma recomendação interessante, relacionada com o rendimento das famílias, mas, em sua opinião, a Câmara Municipal deve avaliar o impacto em termos financeiros e apresentar os resultados a esta Assembleia, pois entende que a redução automática da tarifa da água, tal como se



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

verificou na discussão do orçamento para 2017, relativamente ao saneamento e águas, tem um peso muito significativo no orçamento em termos de despesas do Município. -----
Deste modo, sugere, caso o BE concorde, que a Câmara avalie a situação e informe dos valores em causa, considerando prematura a votação nesta sessão. -----

O membro Gisela Martins proponente da recomendação, esclareceu que esta situação já está prevista na Câmara de Condeixa, pelo que os valores são automaticamente facultados, a recomendação visa apenas a aplicação imediata, -----

O vereador Carlos Canais devidamente autorizado clarificou que neste momento existe um universo de cerca de sete mil consumidores, dos quais 225 estão abrangidos pelo tarifário social, que corresponde a cerca de 3,5% dos consumidores. Relativamente às contas discriminadas nesta recomendação, exemplificou que um consumidor com tarifário social com consumo 10 metros cúbicos paga atualmente cerca de 60% do valor, em vez dos 50% elencados na recomendação. Relativamente à automatização da tarifa social da água, a Câmara de Condeixa, faz melhor, pois avalia o IRS do ano anterior, no entanto um consumidor que no ano anterior trabalhava e este ano está numa situação de desemprego, só terá que se deslocar aos serviços de ação social do Município para pedir a adesão ao tarifário social, que, caso tenha rendimento *per capita* inferior a 70% do salário mínimo nacional, fica automaticamente enquadrado nesse tarifário. As situações são analisadas caso a caso. Assim, considera mais vantajosa esta prática, visto que na recomendação a aplicação é automática, em função do IRS, o que poderá ser mais injusto para determinadas situações. Acrescentou ainda que se o Município seguisse todas as recomendações da ERSAR, teria que aumentar imediatamente, o tarifário da água em cerca de 40%, pois é este o défice de exploração relativamente ao valor que o Estado dá aos Municípios, por não aplicar as recomendações da ERSAR, no sentido de equilíbrio. Caso não sejam cumpridos os rácios relativos aos fundos comunitários para a renovação da rede de águas e saneamento no Concelho, esta será uma situação que mais tarde ou mais cedo o Município irá ser obrigado a equacionar.-----

Interveio o membro **Gisela Martins do BE** que, como proponente da recomendação, sugeriu a alteração da redação do último parágrafo:“ A presente proposta recomenda a preparação para a adesão (que é voluntária) do município de Condeixa-a-Nova”, comprometendo-se em enviar a mesma ao Presidente da Assembleia, para ser enviada a todos os membros, aquando da publicação do edital de eficácia externa das deliberações tomadas nesta Assembleia. -----



MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

O Presidente da Assembleia colocou à votação “Proposta de Recomendação para “Implementação automatizada de tarifa social da água”, apresentada pelo do BE, tendo a Assembleia Municipal deliberado, aprovar, por unanimidade, a referida proposta.-----

O Presidente colocou à votação a moção “Parques infantis adaptados para crianças com deficiência”, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia Municipal deliberado, aprovar, por unanimidade a referida moção. -----

O membro Luís Caridade interveio para enaltecer o mérito desta moção, propondo a abrangência de todos os parques infantis do Concelho, Não vê qualquer prejuízo em que o trabalho de avaliação fosse iniciado pelas acessibilidades, manutenção e adaptação de todos os parques infantis, não só os que se encontram sob responsabilidade do Município, mas todos os equipamentos do nosso Concelho. -----

De seguida passou-se à discussão dos pontos referente à ordem do dia. -----

5. Ordem do Dia

5.1 Discussão e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017, bem como a aprovação do Mapa de Pessoal.

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que tendo os membros da Assembleia recebido os documentos técnicos no *output* que foi dado pelo sistema de informação existente, procedeu à apresentação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2017, de forma a facilitar a análise e apresentação pública nomeadamente, daquilo no que se refere ao sistema de informação mais condensado. -----

Iniciou, referindo que este orçamento cumpre o estabelecido nas duas leis que o regulam, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, respeitando também a regra de equilíbrio, em que “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos” que está subjacente a todos os orçamentos dos Municípios. Assim, o valor da receita e da despesa é de 12.920.649 euros, que significa um aumento de 1.329.684 euros relativamente ao ano de 2016, representando um aumento de cerca 11,47%. A variação encontrada está relacionada com a receita, em particular da receita de capital. Por um lado o empréstimo contraído no ano de 2016 no valor de 811.000 euros, irá ter, em 2017, uma execução de cerca de 760.000 euros e por outro, já mencionado na Assembleia Municipal,



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

foram apresentadas duas candidaturas que foram aprovadas e contratadas, o Recicla e Bioverde, além do já mencionado projeto internacional Life PAYT, que integra cinco Municípios de Portugal, da Grécia e Chipre (O projeto LIFE PAYT, aprovado pela Comissão Europeia em junho de 2016, designado “PAYT – Ferramenta para Reduzir Resíduos no Sul da Europa”, pretende introduzir métodos, tecnologias e ações, que conduzam à alteração de comportamentos da população em relação aos resíduos, contribuindo para a prevenção e redução da quantidade de resíduos indiferenciados e para o incremento da separação), que também se reflete do lado da receita de capital. As transferências do Estado inscritas na receita são de 349 000 euros, valor um pouco superior ao do ano anterior. Tudo somado com as outras receitas, dá um aumento de 1 329 684 euros. De facto, ao longo dos anos as transferências do orçamento do estado, o chamado FEF, com início em 2009, as transferências para as receitas de capital, que eram cerca de um milhão e seiscentos mil e para o ano de 2017 são cerca de 349 000 euros, do lado das receitas correntes e das despesas correntes onde existe uma especialização da receita, com a despesa em movimento inverso passando de dois milhões para quase quatro milhões, toda esta situação teve a ver com o facto de em 2009 surgirem Autarquias com valores de dívidas muito elevadas, sendo esta uma forma de obrigar a que as Câmaras Municipais fizessem o pagamento das suas dívidas. Esta situação coloca várias dificuldades às Câmaras Municipais, ou seja, a transferência de capital do Estado, os 349.000 euros, sem contar com os fundos comunitários e com os empréstimos, nem para a conservação corrente dão. O saldo é de 365.000 euros, mas mesmo assim, estarmos a falar em cerca de 700.000 euros para um Concelho com esta dimensão, que começa a ser uma situação extremamente complicada. -----

O Mapa do Pessoal para o ano de 2017 prevê um conjunto de lugares no quadro, desde canalizador até um jurista e um bibliotecário. Como é de conhecimento geral, a bibliotecária, do quadro de pessoal do Município transferiu-se por mobilidade para a Câmara Municipal de Cascais, havendo necessidade de ter esse lugar preenchido. Os valores que constam das extra GOPs contêm o que não consta das Grandes Opções do Plano, relacionados com o funcionamento da Câmara Municipal, incluindo algumas prestações de serviços necessárias para o funcionamento normal dos serviços municipais e que tiveram uma quebra em termos orçamentais, apesar do aumento com o pessoal, dando a título de exemplo, o funcionamento do PO.RO.S. onde se encontram afetadas três pessoas do quadro, mas que serão necessárias, no mínimo, mais duas, para a abertura do Museu, não sendo, mesmo assim, o ideal para a abertura plena. Para que se consiga contornar esta situação terão que recorrer à prestação serviços.-----

Nas opções do Plano existem três eixos, proximidade, inclusão e competitividade, cada um deles com objetivos definidos. Inclui-se aí o território sustentável, com o maior peso em termos



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

de valor, 4.177.120 euros e que inclui todas as obras, água e saneamento. Regista-se também um forte aumento na área da educação e apoio à família com 909.280 euros, que representa um aumento de 352.030 euros em relação ao ano de 2016. Estas são áreas fundamentais para este Executivo, pelo que, a criação de condições para que Condeixa no futuro possa progredir ainda mais, justifica este aumento. Destacou a introdução do inglês, terapia da fala, manuais escolares, além do transporte e das refeições. Uma vez mais reforçou que esta é uma aposta forte deste Executivo e que tudo fará para o atingir. No turismo surge uma quebra, pois deixou de estar incluído o Museu PO.RO.S., terminando a fase mais pesada em termos de investimento. Na Ação Social verifica-se também uma quebra de 173.170 euros, relacionada com o apoio ao Centro Social da Ega, cujos valores inscritos no protocolo foram reprogramados, transitando alguns para 2018. Os mecanismos de apoio social estão todos contemplados e inclusivamente reforçados. Destaca-se no eixo da competitividade, a aposta que está a ser feita na parte da Incubadora, incluindo a Incubadora Polinucleada, que se traduz na recuperação de uma zona da Vila de Condeixa, que foi zona de comércio forte e se foi perdendo, e que este Executivo pretende recuperar. Em resumo, o eixo do território sustentável é aquele que tem o maior peso relativo de todos os eixos, sendo o mais forte. Tem incluído um conjunto de obras que serão financiadas na sua totalidade em 2017. Mais comunicou, que no próximo ano irão apresentar diversas revisões ao orçamento, nomeadamente do PARU, da Escola, em que foi opção do Executivo não a colocar no orçamento, pois já existe um pacto com a CIM/Rc, do qual irão receber um valor para eficiência energética e modernização administrativa. Como não existe ainda contrato assinado, não consta da receita nem da despesa, havendo simplesmente esta indicação. De seguida passou a apresentar sucintamente o Relatório dos documentos previsionais para 2017. -----

Nuno Claro da Bancada do PSD – Sem prejuízo de ser apresentada uma declaração de voto sobre esta matéria, concorda com a explicação do Sr. Presidente quando diz que no futuro este orçamento irá sofrer, previsivelmente, várias revisões, o que é normal. Concorda também com ele à semelhança daquilo que foi sendo defendido por outros responsáveis políticos, que quando existem alterações elas devem ir ao parlamento, neste caso aqui em Condeixa é a Assembleia Municipal, portanto, é isso que corresponderá à verdade, da qual presume que as situações que irão dar nota a isso, para além dos financiamentos dos fundos comunitários, dizem respeito a alterações que irão resultar necessariamente do Orçamento do Estado para o ano de 2017, estando a falar de temas que interessam, sobretudo às Autarquias. Perguntou se os juros que são distribuídos pelas autarquias, por exemplo do IMI, são distribuídos por todas as Autarquias e se tem ideia de qual o valor que caberá ao Município de Condeixa, pois ouviu falar num valor de cerca de setenta e dois milhões de euros, logo, Condeixa irá ter direito a



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

alguma coisa, questionando se essa matéria já é conhecida ou não. Questionou ainda se a parcela do Fundo de Apoio Municipal que se encontra prevista e que previsivelmente não irá ser exigida no seu todo irá permitir alguma folga. -----

Terminou com uma última nota relativa ao Relatório apresentado pelo Executivo, que passa pela questão da autorização prévia e que está novamente prevista, fazendo também uma nota à página 47, e que está relacionada com o Mapa das Entidades em que o Município tem participação. Curiosamente, nesse mapa não é apresentada a participação da adesão à AREAC, aprovada nesta Assembleia na sessão de abril, questionando se foi lapso, ou se de facto ainda não foi concretizada a deliberação tomada nesta Assembleia, solicitando esclarecimentos sobre este assunto. -----

Jorge Gonçalves da Bancada do PS – Iniciou a sua intervenção dizendo que gostaria de dar uma palavra de apreço ao investimento que o Executivo tem feito na área da educação, que é uma área que também lhe diz respeito em termos profissionais. Analisando as GOP's anteriores e as atuais, é visível que o Executivo tem feito um forte investimento na Educação, o que é de enaltecer, porque à semelhança do que acontece noutros locais, esta Câmara Municipal prefere cortar noutras áreas e não na Educação, considerando que este setor é um investimento e não uma despesa. Voltou a enaltecer esse investimento e o esforço que irá ser feito em 2017, desejando que essa aposta se mantenha no futuro. -----

Raul Pratas Presidente da União de Freguesias de Sebal e Belide – No uso da palavra explicitou que nos documentos apresentados, qualquer Presidente de Junta de Freguesia gostaria de ver mais obras na sua Junta de Freguesia, mas quando estamos perante a realidade, temos que verificar que os tempos não são fáceis e quando se elabora um orçamento deste tipo, com certeza que não é tarefa fácil. No entanto, analisando os documentos para o próximo ano, mas também até 2020, verifica que há duas freguesias que sobressaem em relação às restantes, sendo que a União de Freguesias de Sebal e Belide não é uma delas. Afirma que não pretende entrar nessa discussão, até porque prefere pensar que a sua freguesia possivelmente em anos anteriormente poderá ter sido beneficiada em relação a outras. Também ele gostaria de ter mais obras na sua freguesia. -----

Por último referiu que concorda plenamente com os documentos apresentados e que irá votar favoravelmente. -----

Anabela Sotaia da Bancada da CDU – A bancada da CDU vota favoravelmente as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2017, tal como o fez nos dois últimos, pese embora o facto de não ser o orçamento ideal, nem ser o orçamento da CDU. No entanto, devido às



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

políticas levadas a cabo no mandato de quatro anos de um Governo terrível do PSD e CDS, que empobreceram o país, que empobreceram as famílias, este Município tem procurado, na medida do possível, e apesar das várias restrições orçamentais, minorar o impacto negativo dessas políticas e facilitar a vida às famílias, às pessoas e tem investido em áreas que são essenciais para o bem-estar das pessoas e para o desenvolvimento do país, como por exemplo, a educação e a ação social. Dizer-se que há insuficiências neste orçamento, claro que há, há muitas insuficiências, mas do ponto da sua bancada há, de facto, uma estratégia positiva no apoio às famílias e às pessoas, motivo pelo qual votam favoravelmente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2017. Sendo este o último orçamento que esta Assembleia, com esta constituição, votará, apresentarão uma declaração de voto, onde farão um balanço do mandato e daquilo que tem vindo a ser feito, mas também das insuficiências, sendo que esta bancada fez críticas, mas também fez muitas propostas. Estão aqui para, de uma forma construtiva, contribuir para que a vida das pessoas em Condeixa seja melhor, ou seja, todos com o mesmo objetivo. Apesar de haver ainda muito por fazer, "Roma e Pavia" não se fizeram num dia, e o balanço daquilo que já foi feito leva-os a votar favoravelmente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. -----

Em seguida o **Presidente da Câmara respondeu** a algumas das questões colocadas. No seguimento da intervenção do membro Nuno Claro, reforçou que é bom que haja no próximo ano bastantes revisões ao orçamento, porque é sinal que conseguirão captar fundos comunitários como espera e tem a certeza que irão conseguir, como será o caso do PARU e da CIM/Rc. Lembrou, que nas GOPS está com valores indicativos, outra candidatura que foi elaborada e já estão a ser solicitadas informações e esclarecimentos no que se refere ao alargamento da zona industrial, também ela definidora da estratégia seguida para a criação de emprego e captação de empresas, e que é extremamente importante para o futuro do Concelho e que representa cerca de cinco milhões de euros, em termos totais de investimento, com uma componente financeira do Município de cerca de um milhão de euros, e que é daqueles casos para o qual se poderá reservar um empréstimo de médio/longo prazo, dado que felizmente ainda existe muita folga nesses sentido. Os empréstimos de médio/longo prazo devem ser utilizados com conta peso e medida e para situações estruturantes para o Concelho. Portanto é bom sinal que haja bastantes revisões. Uma outra revisão que o Executivo gostava que acontecesse, pois significaria uma realidade com um fundo próprio para o projeto relacionado turismo, com esforço a ser feito, em particular por Condeixa e Penela - Reconquista Cristã, componente que está a ser criada, para o Eixo da Romanização na parte Medieval, e comporta desde a obra até parte de promoção, agenciamento e agência de viagens. Esta é uma luta existente entre o Município e o Ministério da Cultura, através da



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

Secretaria de Estado da Cultura, que tem uma parte da tutela dos fundos comunitários e CCDRC. Medieval porquê? O Município de Condeixa está associado com Penela e com o organismo que virá a gerir esse fundo, que será a Agência de Castelos e Muralhas, portanto, existe a intervenção destas entidades, essenciais na promoção do eixo da romanização e no agenciamento desse eixo. Quanto aos juros do IMI, comunicou que não dispõe de informação oficial sobre a situação, apenas sabe aquilo que provavelmente o membro Nuno Claro também sabe dada através da imprensa. Relativamente ao FAM – Fundo de Apoio Municipal clarificou que dispõe de alguma informação embora não oficial, mas com um grau muito elevado de certeza, pois como se sabe o Município faz parte deste fundo com uma verba de cerca de 68.384 euros, que está inserta no orçamento e que serve para apoiar outros Municípios que estão com dificuldades financeiras, que, como se sabe o Presidente da Câmara não foi favorável na forma como foi dividido o esforço entre o Estado e as Câmaras Municipais, sendo quase certo, que o Município irá pagar quase metade da verba atualmente inscrita no orçamento para 2017. O objetivo prático que se pretende é que seja reduzido para metade o esforço financeiro dos Municípios. Esta é uma boa notícia, pois permitirá, por exemplo, fazer a conservação de uma estrada. Quanto à AREAC, o processo está no Tribunal de Contas para obtenção de visto, que é obrigatório, por isso ainda não consta no orçamento com as verbas corretas, estando apenas aberta a sua rubrica com um valor simbólico de 10 euros. Quanto a este processo só depois do visto favorável do Tribunal de Contas é que o Município pode liquidar à AREAC e colocar em sede de orçamento através de revisão e nas entidades participadas pelo Município. -----

Quanto à intervenção do membro Raul Pratas referenciou, que evidentemente a União de Freguesias de Sebal e Belide terá eventualmente menos necessidades em relação, por exemplo, a Anobra, na qual as obras elencadas são de alguma forma dispendiosas, pois trata-se do fecho de rede de saneamento, o qual este Executivo também espera que seja objeto duma revisão orçamental, que será sinal de apoio de fundos comunitários, mas o objetivo é o de maior equilíbrio possível entre as freguesias em pé de igualdade. -----

Evidentemente, que da análise deste orçamento, resultam situações que pretendem executar no próximo ano e cujo impacto financeiro irá ter repercussões no ano ou anos seguintes. -----

Avelino Santos da Bancada do PSD – Estando as candidaturas já abertas para o programa 10.5 e 10.1, não está nada previsto tanto numa como noutra, na verificação que fez aos mapas. Questionou se está alguma candidatura prevista em articulação com a CIM e o Agrupamento de Escolas. Salientou ainda, que o mesmo não se refere a obras na Escola. -----

Em resposta, o **Presidente da Câmara** esclareceu que se fossem obras da Escola estariam sinalizadas nas GOP's, mas trata-se de remodelação e criação de um refeitório, que permitirá



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

melhores condições aos alunos e está prevista no pacto da CIM/Rc, com um valor aproximado de 150.000 euros. Alguns municípios colocaram na receita o pacto da CIM/Rc, no entanto o Município de Condeixa optou por não o fazer, porque o contrato ainda não foi assinado. O projeto já está elaborado, estando a preparar a candidatura, sendo que nestes casos são colocados apenas valores simbólicos, não sendo necessária revisão ao orçamento mas sim uma alteração que não necessita de vir à Assembleia. As revisões são aquelas situações que não constam do orçamento e que o Executivo gostaria de fazer, nomeadamente, na área do turismo. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação o Mapa do Pessoal para o ano de 2017, conforme proposta da Câmara Municipal contida em sua deliberação de 31 de Outubro de 2016, tendo a Assembleia deliberado por maioria, com 20 votos a favor, 17 da bancada do PS, 2 da Bancada da CDU e 2 da bancada do BE, e 7 abstenções da Bancada do PSD, aprovar o Mapa de Pessoal, para 2017. -----

Colocou de seguida à votação as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017, conforme proposta da Câmara Municipal contida em sua deliberação de 31 de Outubro de 2016, tendo a Assembleia Municipal deliberado por maioria, aprovar os Documentos supra mencionados, com a seguinte votação:-----
 19 votos a favor: 17 da bancada do PS e 2 da bancada da CDU; -----
 2 abstenções: 1 da bancada do PSD e 1 da bancada do BE; -----
 6 votos contra da bancada do PSD. -----

As presentes deliberações foram aprovadas em minuta, com efeitos imediatos. -----

O membro Nuno Claro da bancada do PSD apresentou a seguinte declaração de voto relativamente ao ponto em epígrafe, que se transcreve: -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Esta é a quarta ocasião (2014, 2015, 2016 e 2017) em que documentos do género das Grande Opções do Plano (GOP) e Orçamento obedecem ao princípio do “antes de o serem, já o eram”. Com efeito, antes mesmo de serem debatidos e votados nesta Assembleia é já certo que as GOP e o orçamento que o executivo socialista nos apresenta sairão daqui inevitavelmente aprovados pela maioria socialista. Precisamente porque assim é, não será o voto da bancada



MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

do PSD determinante para a impossibilidade ou possibilidade de concretizar as políticas e as opções que eles encerram. -----

Este é portanto um orçamento do PS, e é ao PS e aos seus representantes políticos que deverão ser imputadas as suas consequências e os seus resultados. Isto é também assim, porque em nenhum momento tem demonstrado o PS nos seus documentos disponibilidade para adotar quaisquer propostas oriundas da nossa bancada. Nada de espanto, portanto, quando daqui a breves minutos ouvirmos do lado da bancada socialista que «os documentos apresentados contêm valores realistas que respeitam as regras legais». Nada que os orçamentos dos estados cubano e norte-coreano não façam, e nem por isso esses nos merecem maior apreço.-----

Sem prejuízo dos aspetos positivos que todos os orçamentos inevitavelmente terão, nos documentos apresentados observamos a limitação de se tratar claramente de um orçamento de gestão corrente com uma muito esperançosa dependência de financiamentos comunitários e, mesmo aqui, protelando para o futuro as intenções de grandes investimentos. -----

Mas uma das maiores limitações que neles se demonstra, para quem queira ver, é a falta de seriedade e de lealdade para com a oposição que foi previamente chamada a pronunciar-se, mas também, e mais grave, para com os nossos municípios de boa vontade e os eleitores. A definição final deste documento tem uma história que é preciso descrever, ainda que sumariamente.-----

Depois de meses a anunciar aos cidadãos condeixenses que votassem num orçamento participativo, dando-se-lhes nota de verbas disponíveis para o efeito, eis que nos documentos previsionais para 2017 se omitia totalmente esta medida e a verba prevista era consequentemente ZERO sem qualquer menção à edição de 2016 do orçamento participativo.

«O Orçamento Participativo de Condeixa 2016 conta com uma dotação financeira de 174 mil euros para a execução dos projetos vencedores», é assim que ainda hoje se anuncia na página do OP. Recordamos que estavam anunciadas verbas de 87 mil euros para o OP geral e de 87 mil euros para o OP jovem. Esta omissão foi assinalada pelo PSD em reunião prévia à da aprovação dos documentos em reunião de câmara e foi aceite pelo executivo tendo o senhor presidente garantido ao nosso Vereador que o assunto haveria de ser motivo de correção na versão final. Foi essa garantia e disponibilidade para corrigir na íntegra e pelos valores anunciados aos municípios que condicionaram o voto de abstenção no executivo. Para nossa surpresa, já depois do dia 31 de Outubro (data de aprovação dos documentos em reunião de câmara) receberam todos os membros desta assembleia uma primeira versão destes documentos onde a correção prometida não existia. Mais tarde, presumimos após chamada de atenção da nossa bancada, lá se recebeu nova versão dos documentos. Para nosso espanto, mesmo após várias chamadas de atenção, mesmo após as garantias dadas



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

pelo senhor presidente de que o lapso seria corrigido somos confrontados com uma versão que mais não faz do que confirmar aquilo de que estávamos e estamos convictos, ou seja, que a edição de 2016 do orçamento participativo não passou de um embuste e de uma manobra de diversão defraudando-se as expectativas dos munícipes. Se já não fosse bastante o arrastar das promessas dos anos anteriores, com obras sucessivamente por concluir e outras por implementar, como se pode compreender que nas GOP para 2017 a concretização dos projetos recentemente vencedores do OP2016 se anunciem com 10 EUROS, protelando já e deliberadamente para 2018 outros montantes? -----

O PSD Condeixa não pode pactuar com esta farsa, não pode pactuar com esta deliberada ilusão das expectativas das pessoas e, portanto, o voto da nossa bancada será CONTRA documentos que faltam à verdade aos condeixenses.-----

A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova.”-----

O membro Tiago Picão da bancada do PS pediu a palavra para expressar que na intervenção do membro Nuno Claro da Bancada do PSD, repudia a comparação feita entre o Executivo Municipal e os governos de Cuba e da Coreia do Norte. No mínimo, foi irresponsável, com muita falta de clareza e verdade, porque não é este o exemplo que tem sido aqui seguido e vindo de alguém que apoiou um Governo que deixou o país na situação que deixou, estando provado que as medidas eram completamente irrisórias quando foram tomadas e que só destruíram o país e o estado social. Em suma, considera a comparação que aqui foi no mínimo vergonhosa.-----

A representante da Bancada do BE, Gisela Martins apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve:-----

“Sendo da opinião de que o Orçamento Municipal e respetivas GOP só deviam ser elaborados/aprovadas em data posterior à aprovação do Orçamento de Estado (por deste poderem resultar condicionalismos vários para os orçamentos municipais);-----

Não sendo este o Orçamento que o BE apresentaria nas mais diversas matérias, nomeadamente, em política fiscal e gestão ambiental (enfoque águas e saneamento);-----

Considerando que esta governação tinha condições de proporcionar uma maior libertação de recursos em favor das famílias condeixenses, quer pela estabilidade financeira herdada, quer pela reduzida percentagem de novos investimentos consubstanciados em obra feita;-----

Reconhecendo, concomitantemente, que o presente Orçamento vai ao encontro do programa eleitoral devidamente sufragado e vencedor, apresentando aspetos positivos em matéria de ação social, educação e desporto;-----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

A bancada do BE, representada pelo membro Gisela Martins, reitera o seu posicionamento e abstém-se.” -----

O membro Helena Diogo da bancada do PS: Antes de apresentar a declaração de voto relativa à bancada do PS, referiu que iria começar em primeiro lugar por responder pessoalmente à questão dos orçamentos participativos. -----

“Face aos projetos que têm vindo a ser aprovados pelas comunidades, nomeadamente os que dizem respeito a obras tem sido muito complicado. No caso da Igreja da Ega e da Igreja do Sebal, edifícios considerados monumentos de interesse público, tem que se aguardar pacientemente que o Ministério da Cultura dê as respetivas autorizações para a execução das obras de manutenção/conservação dos mesmos, pois tal como foi referido nesta Assembleia, ou se espera sentado que caíam as torres de Alcabideque, ou então põe-se mãos à obra e faz-se, portanto, estamos exatamente nessa situação. Temos outros projetos que venceram no ano de 2014, que também envolvem avultados meios financeiros, que é o caso do pavilhão da Casa do Povo do Sebal e do Pavilhão da Associação do Sobreiro, que têm entre mãos as respetivas substituições dos telhados, ambos em amianto, do qual se aguarda que a Agência Portuguesa do Ambiente autorize os empreiteiros que foram selecionados a fazer esses trabalhos e iniciar o processo de recolha e que indique o local onde deve ser feita a respetiva reciclagem dos produtos retirados. Portanto, estamos perante um tipo de linguagem que terá que ser pensada antes de ser apresentada, e com isto estava-se a referir à declaração de voto do membro Nuno Claro da bancada do PSD.” -----

De seguida, leu a declaração de voto, que se transcreve: -----

“A apresentação do Orçamento e Grandes Opções do Plano, pelo Executivo Municipal, é um plano financeiro estratégico que compreende a previsão de receitas e despesas futuras para o próximo ano e que apoia a tomada das melhores decisões possíveis. -----

A proposta de orçamento do Município de Condeixa-a-Nova, para o ano de 2017, tem em conta o atual contexto macroeconómico, bem como os princípios de rigor e prudência nos seus pressupostos, nomeadamente sendo conservadores na projeção da receita e sustentados na contenção da despesa, refletindo transparência, gestão cuidadosa e rigor nas contas públicas, concentrando os meios na Coesão Social, Economia e Emprego e Cultura, áreas definidas como prioritárias na atuação do Município. -----

O Orçamento da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova para 2017 aponta para um valor de 12,9 milhões de euros. Em termos globais, o orçamento terá um crescimento de 11,47%, face a 2016 que foi de 11,6 milhões de euros. O orçamento para o próximo ano, permitirá iniciar um processo de inversão da tendência, que se registou nos últimos anos, de cortes no orçamento municipal. -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

Como consta das Grandes Opções do Plano para 2017, o investimento cresce cerca de 20% e, concentra-se em áreas estratégicas da autarquia como, Ambiente e Qualidade de Vida, Coesão Social, Economia e Emprego, Cultura, Educação, Urbanismo e Reabilitação Urbana (onde destacamos o PARU, programa que nos foi apresentado na sessão anterior e de extrema importância para a requalificação urbana do centro da União de Freguesias de Condeixa-a-Nova e Condeixa-a-Velha e, por conseguinte, também para o Concelho) para além, da execução dos investimentos previstos na autorização concedida ao executivo para a contratação do empréstimo de 500 mil euros, em várias ETAR's do concelho, nos programas e Projetos que já contratualizou com as respetivas entidades (tais como o Recicla e o Bio-verde). Contudo, não nos podemos esquecer que há rubricas de financiamento, que registam quebras face aos últimos anos, senão vejamos: -----

No que se refere ao IMI, propõe-se manter a taxa para os prédios urbanos de 0,3% aprovado sempre por unanimidade nesta Assembleia, sendo o concelho de Condeixa-a-Nova, um dos seis concelhos do distrito de Coimbra com a taxa mínima que a lei permite e, existem concelhos no distrito que, não aplicam taxas de redução face à dimensão do agregado familiar e, outros embora tendo estas taxas mais elevadas, partem de uma base de imposto muito superior à taxa de 0,3%. Esta situação levará em 2017 a uma descida do na ordem dos 3% desta receita, ou seja na ordem dos 38 mil euros. -----

Mantém-se a determinação de não cobrar a taxa da derrama, a aplicar às empresas como forma de captação de investimento para o Concelho. -----

Quanto às transferências provenientes do Estado, nomeadamente o FEF, e pese embora o FEF corrente, aumente ligeiramente, cerca de 6%, fruto sobretudo da transferência de competências da administração Central para as autarquias, mas quanto ao FEF de capital, fica muito claro neste orçamento para 2017, uma quebra de 76% nos últimos anos e, é apenas 53% do seu valor no início deste mandato autárquico. -----

Mantem-se a disponibilização de apoios às famílias mais vulneráveis, nomeadamente através do Programa de Emergência Social. -----

O Executivo Municipal, consciente das suas responsabilidades, apresentou um orçamento realista e de rigor, o possível, num quadro de diversas limitações existentes da mais variada natureza. -----

Um orçamento que continuará a apoiar os munícipes mais necessitados, Associações, Juntas de Freguesia, Jovens, Famílias e Empresas do nosso concelho. -----

A Bancada do Partido Socialista, considera que, o documento das Grande Opções do Plano e Orçamento para 2017 da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, é a solução mais equilibrada e realista, refletindo justiça social, mas também com alguma ousadia, projetando um futuro melhor para o Concelho. -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

Daí, o nosso voto de confiança, a favor do orçamento agora apresentado nesta reunião, da Assembleia Municipal.-----

Nota final pessoal: é de louvar a aplicação do princípio de prudência na projeção do orçamento apresentado, nomeadamente, no que se refere a candidaturas a fundos comunitários, constando no orçamento, apenas as que já estão contratadas.-----

Assim, em face das notas que o Sr. Presidente da Câmara nos tem dado nas últimas sessões quanto a diversas candidaturas apresentadas ou a apresentar a fundos comunitários, faço votos que as mesmas venham a ser contratualizadas e, possamos por esses motivos vir a apreciar e votar, revisões ao documento agora apresentado.” -----

Da parte da bancada da CDU foi apresentada a declaração de voto sobre as GOP e Orçamento para o ano de 2017, que a seguir se transcreve: -----

“A bancada da CDU vota favoravelmente as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento para 2017, tal como o fez nos dois últimos anos, pese embora o facto de este não ser o orçamento ideal, nem sequer ser o orçamento da CDU. Aprovamos hoje as GOP e o Orçamento, valorizando os elementos positivos que contém e a resposta que dá a problemas concretos das populações, ao assegurar a concretização de melhores condições de vida dos munícipes, no seguimento dos anteriores. -----

Referimo-nos mais concretamente à aposta deste Executivo numa política de proteção das famílias, na área fiscal e social, tentando contrariar e minorar o impacto, nos Condeixenses, das políticas de austeridade e empobrecimento impostas ao país e aos cidadãos nos quatro anos do governo PSD/CDS. Apesar de a capacidade financeira dos municípios estar bastante condicionada, quer pela nova Lei das Finanças Locais, quer pela Lei dos Compromissos, quer, ainda, pelas muitas restrições orçamentais impostas ao país durante o mandato do anterior Governo e que ainda perduram, a Autarquia de Condeixa-a-Nova tem feito um esforço assinalável, e que não podemos deixar de valorizar como positivo, no âmbito das várias medidas de desagravamento fiscal, como é o caso da manutenção da taxa mínima de IMI e a aplicação do IMI familiar. Salientamos, igualmente, os importantes e necessários apoios que a Autarquia concede aos munícipes na área da Educação, como é exemplo a oferta de manuais escolares a todos os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico ou a atribuição de subsídio para aquisição de material escolar às famílias mais carenciadas. -----

Continuam a faltar, no entanto, na opinião da CDU, medidas que concretizem um maior e mais forte apoio ao comércio local e às atividades tradicionais e que conduzam à criação de emprego.” -----



MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

O **Presidente da Câmara** pediu a palavra para exprimir o seguinte: encara com esperança a forma como foi aprovado o orçamento, pois houve reconhecimento maioritário. Sabe que não está tudo bem, mas todos se esforçam para que se possa fazer o melhor por Condeixa e por todos, é com esse espírito que se deve estar na política e pela “*rés pública*” sendo assim que se deve singrar e orientar as nossas vidas. Mais disse, que não consegue perceber, lançando o repto para uma discussão, que, quando alguém vota contra o que quer que seja, existe obrigação moral e política de dar opções, no entanto não viu, nem ouviu opção nenhuma, ouviu sim uma justificação tosca da abstenção do Sr. Vereador, representante do PSD na Câmara Municipal, portanto estava à espera de muito mais da parte do PSD, que foi o partido que votou contra, nomeadamente, que exhibisse alternativas ao quadro que foi apresentado na parte da receita. O Executivo pode fazer tudo, desde que haja receita para o fazer. Falou do Orçamento Participativo, mas não explicou como é que se paga os 800.000 euros da água, do saneamento, não explica também como é que se paga a energia elétrica, para tudo isso não apresenta alternativas. O Executivo está disponível para ouvir quem quer que seja nesta casa da democracia, mas votar contra só por votar é não respeitar a democracia e não respeitar esta casa. -----

5.2 Discussão e Votação da Proposta do Órgão Executivo relativa ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Fixação da Taxa a vigorar no ano de 2017 – alínea c) do nº 1, do artigo 112º do CIMI.-----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que passou a explicar que, como já referido, há uma opção de proteção das famílias do Concelho, daí a opção pelo IMI. Optaram pelo IMI e não pelo IRS, porque o consideram mais justo, se for beneficiário no Concelho. Mantêm a taxa no mínimo legal, sendo certo que, tal como se verifica noutros pontos da ordem de trabalhos, em alguns agregados familiares com filhos, ficará abaixo do mínimo legal, mas na proposta em análise a taxa é de 0,3%, a qual, evidentemente terá efeitos na receita corrente. Portanto, o IMI manter-se-á ao nível dos anos anteriores. Esta é a proposta do Executivo que como já foi dito é aquela que é mais justa na proteção das famílias, neste tempo que ainda subsiste a crise. -----

O **membro Nuno Claro** interveio afirmando que vai obviamente, acompanhar a sua bancada no voto a favor deste ponto, mas não queria deixar de assinalar, e que tal fosse registado em ata, a preocupação do Presidente de Câmara na proposta que faz nesta matéria, apesar de decorrido um ano sobre outros ventos que têm soprado no país, continua a considerar que se verifica um “agravamento da situação económico-financeira das famílias e das suas condições



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

de vida com perda acentuada do seu nível de vida”. Mais disse que não foi ele que escreveu isto, mas sim o Presidente da Câmara. -----

Em resposta ao **membro Nuno Claro, o Presidente da Câmara** exprimiu que um ano deste Governo não é suficiente para corrigir todas as asneiras do anterior Governo, portanto, é por isso, que na Câmara se tem isso como princípio, o disparate do ataque às famílias foi tanto, que não é com um ano de governo que se consegue. Infelizmente ainda não se conseguiu reverter tudo, mas continua esperançado que já não haverá essa menção na proposta de orçamento para o ano de 2018. -----

O Presidente da Assembleia colocou à votação o ponto em questão tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal contida em sua deliberação de 26/0/2016, e em consequência aplicar para o ano de 2017, dentro dos limites previstos na alínea c) do número 1 do artigo 112.º do CIMI a taxa mínima de 0,3%.-----
A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

Eram dezasseis horas e trinta minutos fez-se um intervalo de cerca de quinze minutos.-----

Os trabalhos foram retomados, passando-se à discussão do ponto seguinte. -----

5.3 Discussão e Votação da Proposta do Órgão Executivo para Redução das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em função do número de dependentes, a vigorar no ano de 2017 – artigo 112º-A do CIMI.-----

O Presidente da Câmara explicou a proposta em epígrafe, referindo que como é do conhecimento dos presentes, anteriormente no Código do IMI existia um valor percentual relativamente à dedução dos dependentes, com a alteração, a vigorar no próximo ano, há uma mudança nesse paradigma, fixando valores de dedução, que no caso de um dependente é de 20,00 euros, dois dependentes 40,00 euros e 3 dependentes ou mais 70,00 euros. Sendo esta uma medida de apoio à natalidade e neste Município está fixada a taxa mínima do IMI, o Executivo optou por aplicar a dedução apenas a partir de dois ou mais dependentes a cargo. Apesar disso, esta medida tem um impacto de 34.290 euros, que se consegue acomodar no orçamento municipal. Caso esta medida abrangesse todos os escalões, representaria mais vinte mil euros, pelo que não se trata apenas de uma questão da verba, mas também da filosofia inerente a esta dedução, que é claramente de apoio à natalidade para famílias mais



MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

numerosas. Informou ainda que os dados subjacentes ao estudo de impacto foram fornecidos pela Autoridade Tributária.-----

Gisela Martins da Bancada do Bloco de Esquerda usou a palavra para partilhar da opinião do Executivo em que o esforço de redução devia ser da responsabilidade do governo central dadas as implicações em termos de receita municipal.-----

Considerando positiva a proposta apresentada (que estabelece uma redução de um montante fixo em função do número de dependentes de 40€ para 2 dependentes e 70€ para 3 ou mais dependentes), a medida fica aquém do expectável sendo discriminatória das famílias que só têm um dependente. Sendo uma medida encarada como uma forma de incentivo à natalidade, é seu entendimento e conforme previsto na lei, que as famílias com um dependente recebessem 20€ fixos, pois permitiria aumentar a sua liquidez influenciando positivamente uma futura decisão;-----

Sendo sensível aos argumentos da elevada diminuição de receita para o Município, como o Presidente já afirmou, espera-se uma diminuição de despesa noutros campos (exemplo do FAM) que poderia perfeitamente ser canalizado para este fim, entenda-se a favor das famílias; Em face do exposto, e por considerar que é benéfica para as famílias Condeixenses. Em representação do BE, vota favoravelmente a proposta de atribuição de IMI familiar.-----

O membro Gonçalo Redinha da Bancada do PS, interveio para questionar se é comunicado às famílias a dedução, ou é automática e consta da nota de liquidação em sede de IMI . -----

O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que, caso a Assembleia Municipal aprove esta redução do IMI sobre o imóvel destinado a habitação própria e permanente, coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes a cargo do agregado familiar, compete aos serviços municipais comunicar esta decisão à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), incumbindo a esta entidade aplicar automaticamente a dedução fixa ao montante de IMI a cobrar ao contribuinte. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia colocou à votação o ponto em questão, tendo a Assembleia Municipal deliberado por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal contida em sua deliberação de 26 de Outubro de 2016 relativa a prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo a aplicar ao prédio ou a parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, a aplicar em 2017, de acordo com a seguinte



MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

tabela: a) com dois dependentes a cargo: uma redução fixa de 40,00 (quarenta euros); b) com três ou mais dependentes a cargo: uma redução fixa de 70,00 (setenta euros).-----
 A presente deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.-----

5.4 Discussão e Votação da Proposta do Órgão Executivo relativa à Aplicação do Imposto sobre Imóveis (IMI) – Majoração e Minoração – a vigorar no ano de 2017 – artigo 112º do CIMI.

O Presidente da Câmara iniciou a explicação, informando que a proposta de minoração e majoração das taxas de IMI a aplicar sobre imóveis objeto de operações de reabilitação ou combate à desertificação; a prédios urbanos arrendados; a prédios urbanos degradados; ou a prédios classificados como de interesses público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da legislação em vigor, reforça a pretensão do Executivo de, nas zonas com maior perda de população, nomeadamente, Vila Seca, Bendafé, Furadouro e Zambujal, minorar 20%. Trata-se de uma tentativa de fixar população nestas freguesias, consideradas mais periféricas, no sentido mais restrito da palavra. Em sentido contrário propõe-se uma majoração para os prédios urbanos em contínua degradação física, contrariando assim os objetivos de reabilitação urbana que pretendem atingir e se inserem na filosofia do PARU e das zonas de reabilitação urbana, na criação de condições de conforto e segurança para os utentes do espaço público, reconhecendo desde já a que abrange o centro histórico de Condeixa até Condeixa-a-Velha e Conímbriga, com implicações no aumento do valor que os proprietários de prédios vão pagar por os manterem em más condições de segurança, não só na zona urbana, mas também em todo o Concelho. A proposta contempla também uma redução de 50% da taxa aplicável a prédios urbanos classificados de interesses público, de valor municipal ou património cultural, nos termos do número 12 do artigo 112.º do CIMI, desde que estes prédios se encontrem abrangidos pela alínea n) do número 1 do artigo 44.º, do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Esta proposta na sua génese é uma tentativa de combater a desertificação e de manutenção de população. Mais acrescentou, que o Executivo está a ponderar criar mais uma ou duas outras áreas de reabilitação urbana, caso seja possível em termos legislativos, que se venham a coadunar com esta política de fixação de população nas freguesias um pouco mais distantes da sede de Concelho. Será coordenada com outra da ARU e será apresentada oportunamente nesta Assembleia Municipal -----

O membro Nuno Claro da bancada do PSD pediu a palavra para explicitar que esta medida já foi aprovada pela sua bancada nos anos anteriores, em todo o caso, foi na altura alvo de algumas sugestões, em que pelo menos uma delas acabou por ficar por esclarecer. Continuou



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

informando, que questionaram na altura acerca da minoração dos 20% - concordando com a mesma - mas esta proposta assinala apenas uma nota freguesia a freguesia, ora, o Código relativamente a esta matéria permite não só aplicar esta minoração a freguesias mas também, a algumas zonas previamente definidas, dando como exemplo, o Casal do Missa, Rebolia e partes da freguesia de Ega, onde por exemplo, se aplicado o mesmo critério que obedeceu a esta proposta de minoração em Vila Seca, Bendafé, Zambujal e Furadouro, não estarão muito longe das razões pela qual o Executivo decidiu trazer esta proposta à Assembleia Municipal. Continuou dizendo que percebe que para concretizar essas medidas nessas zonas as dificuldades burocráticas sejam muito mais acrescidas do que definir apenas por freguesia. Como se recordam os presentes foi o Executivo questionado se foi realizado algum estudo relativamente à forma pelo qual foi feita esta opção, o qual entretanto foi assinalado que sim, que tinha sido feito um estudo e que iria ser divulgado, mas presume que se o estudo solicitado não chegou até agora, provavelmente é porque não chegou a ser elaborado. Relativamente aos prédios degradados e à redução para os prédios classificados de interesse público as questões são mais simples, porque atendendo a que já passou um ano de aplicação de medidas semelhantes, as questões a colocar são estas: 1º- Relativamente aos prédios degradados já existe ou não algum diagnóstico do estado de situação do nosso Município, portanto se o Município já aplicou isto em pelo menos um ano, certamente haverá algum histórico dos tais prédios que foram ou não determinados para que fizessem obras, e se já se cumpriu ou não. 2º- Relativamente aos prédios classificados de interesse público e considerando também que já decorreu um ano em que esta medida esteve em vigor, questiona-se se houve algum deles – não são assim tantos - que tenha beneficiado desta medida.-----

Na resposta ao membro Nuno Claro, o Presidente da Câmara informou que na nota distribuída é feita referência às questões colocadas quanto às majorações e que está feito um levantamento dos prédios para a aplicação desta taxa, mas sem ter presente a informação, não consegue dar uma resposta mais objetiva. No entanto fica uma nota para responder oportunamente a toda a Assembleia Municipal sobre as questões colocadas, majoração de 30% aplicável a prédios degradados e redução de 50% a prédios classificados de interesse público. Quanto à questão de lugares e não freguesias – o Sr. Vereador do PSD também já tinha questionado esta situação - é uma opção que não existiu sempre na lei, mas a Câmara desde aí está a estudar essa matéria, não se pondo de lado a aplicação em lugares.-----

O Presidente da Assembleia colocou à votação o ponto em discussão, tendo a Assembleia Municipal deliberado por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal contida em



MUNICIPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

sua deliberação de 26 de outubro de 2016, e em consequência aprovar **a)** a minoração de 20% da taxa a aplicar nos prédios localizados nas freguesias de Vila Seca e Bendafé, Furadouro e Zambujal; **b)** para toda a área do Concelho, nos termos e para efeitos do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI, a majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens; **c)** a redução de 50% da taxa aplicável a prédios classificados de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos do n.º 12 do artigo 112.º do CIMI, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do número 1 do artigo 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. -----

As presentes deliberações foram aprovadas em minuta para produção de efeitos imediatos.-----

5.5 Discussão e Votação da Proposta do Órgão Executivo relativa à Fixação da Taxa da Participação do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) para o ano de 2017.

Na explicação da proposta o Presidente da Câmara comunicou que, tal como já tinha referenciado quando explicou a proposta sobre o IMI, nesta proposta não está prevista nenhuma redução. A proposta prevê a taxa de 5%, que é a parte da receita orçamental do Município, considerando que face aos dados existentes fornecidos pela Autoridade Tributária foi proposto pelo Executivo que se fixasse em 5% a participação variável no IRS, não beneficiando assim aquela parte da população que mais rendimentos auferem em termos médios. Entende-se pois, que terá mais impacto nas famílias a questão do IMI do que do IRS. É uma opção do Executivo portanto, sujeita ao contraditório, e em contraposição à não aplicação da derrama, sendo pois nesse sentido que se mantém a participação variável de 5% no IRS, atendendo às regras de maior exigência e rigor orçamental e ao esforço financeiro para fazer face às solicitações de carência sócio económica por parte dos residentes no Concelho. Esta participação varia consoante os rendimentos dos sujeitos passivos e a obtenção de receita pelo Município deve ser vista num contexto global de equilíbrio na concretização da mesma, de forma igualitária, sem colocar em causa o cumprimento do plano de atividades do Município. Não se pode reduzir na receita tudo ao mínimo. -----

Não havendo intervenções a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta da Câmara Municipal contida em sua deliberação de 12/10/2016, e em consequência aplicar a taxa de 5% na participação variável do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), para o ano de 2017, com a seguinte votação:-----

19 votos a favor, sendo 17 da bancada do PS e 2 da bancada da CDU; -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

7 votos contra da bancada do PSD; -----

1 abstenção da bancada do BE. -----

A presente deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.-----

5.6 Discussão e Votação da Proposta do Órgão Executivo relativa à Correção/Adaptação ao Capítulo XV – Recintos Desportivos – da Tabela de Taxas do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Condeixa-a-Nova.

O Presidente da Câmara delegou no Vereador Carlos Canais a explicação da proposta em epígrafe que, depois de devidamente autorizado clarificou que, conforme se pode verificar na proposta apresentada na última sessão da Assembleia Municipal, houve um lapso, não tendo sido transcritas as duas alíneas agora propostas para discussão, verificando-se a necessidade de se proceder a adaptações referentes às Taxas aplicadas aos utentes da Piscina Municipal. Também, por lapso, não foi feita na altura a alteração do tarifário das Aulas de preparação para o parto e pós-parto em meio aquático”, em que na proposta antiga consta a mensalidade e aquilo que se propõe é o custo do curso na sua totalidade. Esta alteração é justificada pelo facto de muitas vezes, grávidas residentes fora do Concelho, faltarem a uma ou duas sessões antes do parto para não pagarem mais uma mensalidade, sendo que o objetivo é de que participem até ao final do curso. -----

Não havendo intervenções a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal contida em sua deliberação de 9 de Novembro de 2016, cujo preçário deverá ser integrado na nova Tabela de Taxas e Outras Receitas, no âmbito da Revisão do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Condeixa-a-Nova, em curso. -----

A presente deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.-----

5.7 Discussão e Votação da Proposta do Órgão Executivo relativa à Alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior (Bolsas de Estudo Fernando Namora).

O Presidente da Câmara delegou no Vereador Carlos Canais a explicação da proposta em discussão, que recordou que a primeira edição das bolsas de estudo resultou de uma proposta do Orçamento Participativo Jovem vencedora, integrando as sugestões do proponente. Nesse primeiro ano constatou-se que todos os beneficiários da bolsa de estudo eram beneficiários simultaneamente das suas instituições de ensino o que gerou algumas críticas. O ano passado tentando eliminar essa possibilidade de duplicação de subsídio, reformulou-se o Regulamento para que outros alunos pudessem usufruir desse benefício, sendo que o resultado final foi o de



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

não se conseguir atribuir a totalidade das bolsas de estudo, uma vez que, a maioria dos possíveis beneficiários das bolsas de estudo já tinham bolsa de estudo atribuída pelas respetivas instituições de ensino que frequentavam, e portanto, chegou-se à conclusão que não havia o número suficiente concorrentes às bolsas de estudo no montante atribuído para esse fim. Este ano em articulação com os serviços de ação social do Município, concluíram que, por exemplo, dois irmãos no mesmo agregado familiar, com o mesmo rendimento per capita, se estudarem em instituições de ensino diferentes, podem ter bolsas de estudo diferentes. Podendo ser sempre subjetivo, mas procurando ser o mais justo possível, decidiram atribuir as bolsas em função das já atribuídas pela Instituição de ensino, ou seja aos mil euros é subtraído o montante da bolsa recebida, atribuindo o restante, o que significa que serão contemplados mais do que cinquenta estudantes, porque serão atribuídas bolsas até esgotar a verba dos cinquenta mil euros. A lista será ordenada por rendimento familiar, sendo que esta medida visa abranger o maior número de alunos possível, mantendo-se, no entanto, os objetivos e o âmbito de intervenção que regula o referido Regulamento em análise e discussão nesta Assembleia. Obviamente que quem usufruir de mais de dois mil euros de bolsa de estudo, sendo que metade é mil euros, já não poderá usufruir da bolsa de estudo do Concelho de Condeixa, porém também sabemos que, as propinas nunca vão além dos mil euros, pelo que esta fórmula é mais justa. A segunda parte da proposta está relacionada com as horas de voluntariado que os alunos tinham que cumprir por receberem a bolsa, ou seja os alunos que usufruem de bolsa de estudo têm que prestar vinte horas de voluntariado e com a obrigatoriedade do cumprimento dessas horas, para receber a última *tranche* da bolsa de estudo. No ano passado houve alguma dificuldade em que os alunos conseguissem cumprir as horas de voluntariado, pelo que não há um período obrigatório, podendo ser cumpridas durante o ano, existindo também a possibilidade de serem substituídos por familiares, o que parece mais justo do ponto de vista social e devidamente justificável. O voluntariado nestas situações é normalmente feito no Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, Casa Museu Fernando Namora, Posto de Turismo ou no Museu P.O.R.O.S., não sendo nunca obrigados a realizar outro tipo de trabalho que não seja o de acompanhamento nas instituições mencionadas.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal contida em sua deliberação de 9 de Novembro de 2016 e em consequência que esta alteração seja integrada no âmbito do Regulamento em curso. -----

A presente deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.-----

5.8 Discussão e Votação da Proposta do Órgão Executivo para Adesão do Município de Condeixa-a-Nova à Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, bem como a aprovação dos respetivos Estatutos.



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

O Presidente da Assembleia Municipal apresentou a proposta supra, dando de seguida a palavra ao Presidente da Câmara, que informou que a mesma foi objeto de aprovação em reunião do Executivo e explicou que o critério de adesão é ter no Concelho uma muralha classificada como tal que, no caso do concelho de Condeixa é a muralha do Paço da Ega. Pertencer a uma Agência deste tipo por si só já é positivo, além disso, será através daquela que irão tentar alocar o eixo específico da Romanização. Explicitou ainda que o PROVERE ligado às Terras de Sicó, injustamente não foi aprovado no eixo da Romanização, estando o Executivo a fazer um esforço no sentido de ter uma fonte de financiamento específica para este eixo da Romanização, caso não consiga, terão que batalhar por uma parte dos três milhões e meio de euros a distribuir por oito CIMs, que como é perceptível será muito reduzida. -----

O trabalho é articulado entre este Executivo e o de Penela, embora esta Agência seja composta por vários Municípios da Região Centro (Coimbra, Figueira da Foz, Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Pombal, Soure e Penela), bem como pela Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal e pela Universidade de Coimbra. Dispõe de um conjunto de atividades, tendo Condeixa, apesar de ainda não ser membro efetivo, já usufruído de uma delas, que foi o concerto noturno realizado no Paço da Ega. Além disso, tem como objeto a Promoção e o Desenvolvimento Cultural, Turístico e Económico como marca agregadora do Património Medieval do Mondego, cujas atribuições são o Desenvolvimento Regional do Território numa forma sustentável e integrada. Funciona como Unidade de Gestão e Direção da Rede, Coordenação do Programa Estratégico de forma a assegurar o cumprimento das responsabilidades dos diversos parceiros assumidos no Pacto; a Promoção e o Desenvolvimento Turístico da Rede Urbana; Conceção e Desenvolvimento de Produtos Turísticos; Estabelecimento de uma Rede de Distribuição desses mesmos produtos; Promoção de Ações de Valorização do Património; Implementação de Ações de Capacitação e Projeção Internacional do Território; Criação duma Plataforma de Cooperação Regional, Intermunicipal e entre entidades públicas e agentes privados, capaz de valorizar recursos endógenos fomentando o desenvolvimento local, económico e social, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida local e para a diversificação e dinamização da atividade económica, nomeadamente na área do turismo, entre outras. Nestes termos, vem a Câmara Municipal propor perante a Assembleia Municipal autorização para a adesão do Município de Condeixa-a-Nova à Agência de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, cuja joia será no montante de mil e duzentos euros. -----

O membro Miguel Pessoa da bancada da CDU no uso da palavra manifestou que a sua bancada se congratula com esta proposta de adesão à Agência de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, lembrando que já em 2015 trouxeram o assunto a esta Assembleia.



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

Salientou ainda que Condeixa tem a maior muralha romana do país, com três quilómetros de frente, que é a muralha de Conímbriga. De facto, em alguns pontos tem oito metros conservados de altura, construída pela ravina do Rio dos Mouros e com monumentos muito interessantes e únicos no país. Portanto, gostariam que esta adesão tivesse força para valorizar a grandeza desta muralha.-----

O membro Nuno Claro da Bancada do PSD pediu a palavra para explicar que esta adesão merece a simpatia da sua bancada, no entanto, não compreende a não consideração da muralha romana de Conímbriga para este efeito, uma vez que até foi aquela que esteve na origem da discussão sobre o assunto nesta Assembleia. De seguida solicitou alguns esclarecimentos, nomeadamente: uma vez que esta Assembleia também irá aprovar os Estatutos da Associação, questiona se o Município de Condeixa irá solicitar a alteração do artigo 5.º, relativo ao campo e área de atuação desta Agência, uma vez, que apenas estão assinalados os Concelhos que previamente faziam parte da Agência. Estando o ano em curso a terminar, pergunta se a quotização será para considerar já em 2016, ou só em 2017, não sendo perceptível a pressa nesta adesão.-----

Na resposta ao membro Nuno Claro, o **Presidente da Câmara** explicou que a pressa em aderir se prende com o facto de se poder avançar, enquanto membro da Agência, na discussão de apoios financeiros, tendo esta adesão já sido aprovada por aquela entidade há algum tempo. Informou ainda que a Muralha de Conímbriga não foi tida em linha de conta por não ser considerada Muralha Medieval. Quanto à alteração do artigo quinto dos Estatutos da Agência, por maioria de razão, o Concelho de Condeixa-a-Nova irá obviamente fazer parte da sua área de atuação, sendo integrado assim que seja realizada uma Assembleia Geral -----

Não havendo intervenções o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o ponto 5.8. da ordem do dia. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova contida em sua deliberação de 9 de novembro de 2016, para adesão do Município de Condeixa-a-Nova à Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, bem como aprovar os respetivos Estatutos.-----

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

5.9 Relação dos Contratos Plurianuais de Fornecimento de Bens e Serviços, no período compreendido entre 14 de setembro a 9 de novembro de 2016 – para conhecimento.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), a assunção de compromissos plurianuais,



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local, desde que esses compromissos: i. Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; ou ii. Os seus encargos não excedam o limite de €99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. A Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais do Município de Condeixa-a-Nova para o ano de 2016, deu autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes casos: a) Resultem de projetos ou ações constantes das Opções do Plano; ou b) Os seus encargos não excedam o limite de €99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. Assim, em cumprimento daquela obrigatoriedade, a presente proposta visa dar conhecimento da listagem de compromissos (anexa à deliberação) assumidos pelo Município de Condeixa-a-Nova no período compreendido de entre 14 de setembro a 9 de novembro de 2016, ao abrigo da mencionada autorização genérica.----- Não havendo intervenções sobre o ponto em análise, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da listagem dos compromissos plurianuais de fornecimento de bens e serviços, no período compreendido entre 14 de Setembro e 9 de Novembro de 2016, cujos respetivos procedimentos se iniciaram aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2016.-----

5.10 Apreciação da informação do Sr. Presidente da Câmara, nos termos do nº 2, da alínea c), do art.º 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

O membro Nuno Claro da bancada do PSD interveio, para referenciar dois processos judiciais em curso, um com valor bastante relevante, mais de 15 milhões de euros, cujo autor é a empresa Águas de Coimbra, E.M., estranhando a alusão a esta empresa nos processos judiciais em curso. Questiona se não será a empresa Águas do Centro Litoral, S.A. numa ação intentada pelas concessionárias de sistemas multimunicipais de gestão de resíduos urbanos relativos aos parâmetros regulatórios genéricos para determinação dos proveitos permitidos para 2016-2018 definidos pela ERSAR e que aguarda julgamento.-----

O Presidente da Câmara interveio para responder à questão colocada pelo membro da Assembleia esclarecendo que quem liderou o processo contra a junção da concessão e



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Litoral de Portugal atribuída, por um período de 30 anos, à Sociedade Águas do Centro Litoral, S.A., que sucede nos direitos e obrigações às três Sociedades extintas, a saber: SIMRIA - Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S.A., concessionária do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro; SIMLIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A., concessionária do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Lis; e a Águas do Mondego - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Baixo Mondego - Bairrada, S.A., concessionária do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Baixo Mondego – Bairrada, foi a Câmara Municipal de Coimbra através da empresa Municipal Águas de Coimbra, à qual o Município de Condeixa se juntou e intentaram um processo em comum contra a reestruturação do sector das águas, portanto em virtude da providência cautelar ter sido recusada, está a decorrer atualmente o processo administrativo. Provavelmente e como houve alterações políticas, por mudança do Governo, poderá haver em breve novidades sobre este processo judicial. -----

O membro Nuno Claro pediu a palavra para reiterar que a questão colocada tinha a ver com o processo cuja autora é a empresa Águas de Coimbra, E.M. e cujos réus é o Município de Mira e outros, que se julga estar incluído o município de Condeixa-a-Nova. -----

O Presidente da Câmara interveio para destacar algumas das ações que constam da sua informação à assembleia municipal, designadamente na educação com a continuidade do projeto “Vamos Aprender o Inglês”, aprendizagem da língua inglesa no serviço de AAAF (atividades de animação e apoio à família) que decorre nos jardins-de-infância, e que o Município está a assumir os custos. Na área da cultura, a cerimónia de entrega do Prémio literário Fernando Namora – 2015 a Teolinda Gersão, pela obra "Passagens" que decorreu no passado dia 9 de Novembro, no auditório do Casino Estoril e que contou com as presenças do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e do Ministro da Cultura, Luís Filipe Castro Mendes. A Casa Museu Fernando Namora foi convidada a estar presente neste evento, sendo representada pelo Presidente e Vice-Presidente da Autarquia. Enalteceu o orgulho sentido na participação numa cerimónia sobre uma grande figura de Condeixa e na entrega do Prémio Literário Fernando Namora. Fez o ponto de situação relativamente ao programa de Teleassistência, dirigido a pessoas mais desfavorecidas e idosos mais distantes, em que se encontram em análise duas candidaturas e 25 já contratualizadas, pelo que é importante a manutenção deste programa. Destacou também as ações realizadas pela Equipa de Intervenção Direta, com uma palavra de apreço às juntas de freguesia e em particular à União de Freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova e Zambujal e às restantes Freguesias



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

que têm feito um trabalho excecional, em que ele próprio já acompanhou por duas vezes esta Equipa e que, caso os membros da Assembleia Municipal pretendam, também o poderão fazer. Este é um trabalho que parece pouco, mas é muito para quem dele necessita em termos de acompanhamento. Provavelmente o Município irá fazer investimento no acompanhamento desta equipa de trabalho, que resulta da parceria com outras associações nomeadamente, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, com um papel muito importante neste âmbito. Também já houve algum reforço na questão da recuperação dos imóveis degradados, para municípios em situação de carência sócio económica, nos quais têm sido feitas algumas obras, designadamente a finalização dos procedimentos legais para a conclusão do apoio a dar à recuperação de imóveis degradados a 2 famílias num valor de 3.433.20 euros. Destacou ainda, o trabalho do Gabinete de Inserção Profissional, que tem feito um importante trabalho a montante na área da formação, que está a dar os seus frutos. À semelhança daquilo que está a acontecer no país, também em Condeixa se registou uma forte quebra na taxa de desemprego desde 2011 até aos dias de hoje, de cerca de 802 desempregados em 2011, registam-se 546, representando uma taxa de cerca de 7%, felizmente muito abaixo da taxa média nacional. Continuou, informando sobre candidaturas nomeadamente, CONDEIXA@COLHE (Centro 2020), no que respeita ao alargamento da zona industrial está na fase de pedidos de esclarecimentos; o fecho de rede de Saneamento de Águas Residuais de Ameixeira e Anobra (POSEUR), que já está na fase de resposta a esclarecimentos relativos à candidatura; conclusão do projeto da antiga escola feminina que funcionará como centro de *co-working* (partilha de espaço e recursos de escritório, reunindo pessoas que trabalham não necessariamente para a mesma empresa ou na mesma área de atuação), que com a realização do projeto este ano, conseguirão uma majoração de 10% do valor global, por se encontrar incluída no Plano de Ação de Reabilitação Urbana – PARU, aprovada pelo Centro 2020. No Orçamento Participativo, apesar das dificuldades na execução das obras, existe libertação de meios financeiros para o projeto do Sebal, Igreja e Casa do Povo. Quanto ao Zambujal, o campo de jogos é já uma realidade, apesar de todas as dificuldades anteriormente referenciadas. O projeto na área da cerâmica vai ser incluído no Museu PO.RO.S.. A zona contígua ao museu será para venda de produtos tradicionais e será criada uma escola de cerâmica, pois, procuram agarrar os projetos do orçamento participativo e dar-lhes uma dimensão maior quando é possível. Tudo o que se refere a projetos imateriais dos Orçamentos Participativos está executado.-----

Para este ano está prevista a requalificação do ringue e aplicação de relvado sintético, de Bruscos. O ringue foi construído aquando vários outros no Concelho de Condeixa-a-Nova, por iniciativa da Câmara Municipal, não tendo no entanto sido construído com fundações fortes o suficiente na lateral oeste e no topo sul, o que levou a que tivesse sido intervencionado já uma



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

vez, durante o período de garantia da obra. A intervenção realizada não resolveu o problema da fraca qualidade das fundações, uma vez que as mesmas voltaram a ceder e as placas do ringue encontram-se novamente danificadas, o que é um risco para os jovens que o utilizam na prática de futsal. A requalificação e aplicação de um relvado sintético, será uma mais-valia para todos os jovens e restantes habitantes da União de Freguesias de Vila Seca e Bendafé, que não dispõe de mais nenhuma infra-estrutura com condições semelhantes; o Parque Infantil na Praça do Município, com uma proposta diversa daquilo que estava anteriormente previsto e que já vinha do anterior Executivo; o projeto da Quinta do Barroso Ativa, que visa dotar a Urbanização Quinta do Barroso de equipamentos desportivos e de lazer, de forma a melhorar a qualidade de vida dos moradores e de outros munícipes que frequentemente utilizam o espaço físico, estimulando a prática desportiva e conseqüente combater a sedentarização. Aproveitando os espaços comuns da Urbanização, pretende-se criar um circuito de manutenção física, dotada de vinte equipamentos de “fitness”, uma tabela de basquetebol e inerente “garrafão”, a respetiva sinalização do circuito, dois equipamentos para suporte de bicicletas e quatro mesas de madeira para piquenique; o projeto da Romanização à Conquista Cristã, que foi elaborado em conjunto com a Agência Muralhas e Castelos do Mondego; Fundo de Eficiência Energética, que se destina sobretudo a aquisição (fornecimento e montagem) de equipamentos que permitam a redução do consumo de energia, incluindo todos os acessórios necessários à sua correta instalação. Em termos de obras foi executada a beneficiação da circular interna de Condeixa que foi a solução encontrada para que o piso tenha uma durabilidade entre cinco a seis anos, requalificação e melhoramento de algumas estradas em Alcabideque, Fonte dos Amores, que é um local de referência em Condeixa, as obras de recuperação do Castellum de Alcabideque, importante obra de preservação de um património único da Freguesia e do Concelho, do qual não se esperou pelo parecer do Ministério da Cultura. Foram também melhorados um conjunto de parques infantis. Embora nem tudo seja perfeito, fazem sempre o melhor que conseguem. Quanto à área financeira do Município as contas estão perfeitamente equilibradas, com os prazos médios de pagamento na ordem dos 25 dias, não dispondo infelizmente do dinheiro que seria necessário para concretizar tudo o que pretendem fazer, mas vão fazendo aquilo que tem sido possível. -----

O membro Luís Silva da bancada do PSD interveio para enaltecer a atividade do Gabinete de Inserção Profissional que na sua ótica está a desenvolver um excelente trabalho, sendo isto um motivo de satisfação, nomeadamente, na área da formação profissional, pois mal por mal já basta assim. Questiona se a formação profissional que está a ser desenvolvida é toda no âmbito da área social, que é realizada através de ações creditadas pelo IEFP e que abrange de 75 pessoas, todas a fazer formação na área social. Desconhecendo se o Município tem



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

capacidade de absorção desses formandos salienta que existem no Concelho outras áreas de atuação nomeadamente na cerâmica, havendo para tal recursos formativos financiados também pelo IEFP e que vão ao encontro das necessidades que eventualmente possam estar identificadas no Município. -----

Para responder ao membro Luís Silva interveio a Vice-Presidente, Liliana Pimentel devidamente autorizada, informando que a formação mencionada tem dupla certificação (escolar e profissional) e que é ministrada pelo IEFP, em parceria com o Gabinete de Inserção Social do Município, na qual os desempregados têm a possibilidade de receber uma bolsa de formação através de dois cursos, a saber: Curso de Assistente Familiar e Apoio à Comunidade, que confere o 6.º ano de escolaridade e tem a participação de 24 formando; o Curso Agente em Geriatria – B3, que confere o 9.º ano de escolaridade e tem a participação de 22 formandos e o Curso Técnico Auxiliar de Saúde – NS, que confere aos formandos o 12.º ano de escolaridade e tem a participação de 25 formandos. Mais adiantou que foi proposto ao IEFP outras ações de formação noutras áreas. As áreas agora ministradas foram aquelas para as quais já havia cabimentação orçamental nacional para serem promovidas, esperando que em 2017 possam existir noutras áreas, nomeadamente, a conservação e restauro que para o Concelho é extremamente importante, inclusive com um laboratório ao ar livre. -----

O Vereador Carlos Canais devidamente autorizado acrescentou que antes de ser Vereador dava muita formação e que provavelmente entre 70 a 80% da formação patrocinada pelo IEFP é no âmbito da área social. Cerca de 90% das pessoas que são formadas nesta área não vão ter esse enquadramento, mas existindo estes cursos e tendo os desempregados a faculdade de poderem participar é uma ótima solução. -----

Pediu a palavra o membro Helena Diogo da Bancada do PS para dar uma nota relativamente à questão da formação profissional em geriatria, com 20 formandos, que mesmo que fossem o total dos 75 integrados nos vários cursos, poderiam não ser excessivos, porque no concelho existe a Santa Casa da Misericórdia, a Casa de Saúde Rainha Santa Isabel, o Centro Social de Ega, o Lar de Bruscos e outros mais. Ora estas instituições são uma grande força empregadora no Concelho e com algum peso social, independentemente de estarem em curso mais áreas de formação, não é crível que seja complicado que estes formandos venham a ter trabalho nesta área de formação profissional. -----

Pediu a palavra o membro Luís Silva para referir que estes 75 formandos terão que ser somados a outros que já frequentaram cursos realizados no Concelho. -----



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

O **Presidente da Câmara Municipal** interveio para comunicar que reuniu com o Ministro da Cultura, que se mostrou muito agradado com o movimento da candidatura das Ruínas de Conímbriga a Património Mundial da Unesco e com todo o trabalho já efetuado. -----

Para complementar informação relacionada com as 4.ªs Jornadas de Valorização do Património Cultural, que é um trabalho que sustenta a candidatura da Ruínas de Conímbriga a Património Mundial da UNESCO, informou que o colóquio se realiza no dia 11 de Fevereiro de 2017 e que conta com a colaboração da Associação Ecomuseu de Condeixa; União das Freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova; Junta de Freguesia da Ega; Câmara Municipal de Condeixa Apoios: Pousada de Condeixa – Coimbra; Igreja de Condeixa-a-Velha / Unidade Pastoral de Conímbriga; Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Comissão das Comemorações dos 500 anos dos Forais de Condeixa, Anobra e Ega 2014- 1514 / 2015-1515; Go Outdoor / Floema, em Alcabideque; Universidade do Porto; Instituto de Arqueologia e Centro de História da Sociedade e da Cultura - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Escola Superior Agrária de Coimbra; Instituto de Investigação Científica Tropical; Agrupamento de Escuteiros de Condeixa-a-Nova; Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova.-----

Por último deu conhecimento que a Câmara Municipal vai desafiar doze famílias para mostrarem os seus dotes culinários num concurso a realizar no mercado municipal, em 26 de novembro e 3 10 e 17 de dezembro. -----

A Vice-Presidente interveio para endereçar o convite aos membros da Assembleia Municipal para estarem presente no dia 23 de Novembro de 2016, quarta-feira, na Pousada de Condeixa, na apresentação da reedição do livro “Retalhos da Vida de um Médico” de Fernando Namora. Estando a aproximar-se a data do centenário do nascimento de Fernando Namora, que será em 2019, vão ser várias as atividades a ser desenvolvidas no âmbito cultural, inclusivamente, a Casa Museu candidatou-se e já está aprovado a um projeto de investigação da Fundação Calouste Gulbenkian em parceria com outras Casa Museu da Região Centro, cujo objetivo são a programação cultural em rede e patrocínio das atividades alusivas ao centenário. Salienta quem em boa hora se está a elaborar a reedição das principais obras de Fernando Namora, sendo muito importante e gratificante ver a Assembleia Municipal devidamente representada nestas atividades. O evento vai contar com a presença do Dr. António Arnaut, fundador e mentor do Serviço Nacional de Saúde, que falará da atividade de um médico de família ou um médico “Zé Semana”, no tempo de Fernando Namora e sobre o que é hoje o Serviço Nacional de Saúde. Estará também presente o Dr. José Manuel Mendes, Presidente da Associação Portuguesa de Escritores, o Dr. António Pedro Pita, investigador e Professor Universitário e



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova

Presidente da Comissão Cultural da Casa Museu Fernando Namora e do Museu do Neo-Realismo de Portugal e o Diretor da editora Caminho, que está neste momento com toda a edição das principais obras de Fernando Namora.

A Mesa da Assembleia desejou a todos umas Boas Festas e que o próximo ano traga tudo o que desejamos. -----

Final da Ata

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão eram dezanove horas e trinta e seis minutos, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários. -----

O Presidente da Assembleia

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário